

RESSALVA

Alertamos para ausência das páginas do
Capítulo 4 e apêndice, não incluídas pelo(a)
autor(a) no arquivo original.

FRANCIELE RUIZ PASQUIM

***REFORMA DO ENSINO DA LINGUA MATERNA (1884), DE
ANTONIO DA SILVA JARDIM, NA HISTÓRIA DO ENSINO DE
LEITURA E ESCRITA NO BRASIL***

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Educação
Marília-SP
26 de fevereiro de 2013**

FRANCIELE RUIZ PASQUIM

***REFORMA DO ENSINO DA LINGUA MATERNA (1884), DE
ANTONIO DA SILVA JARDIM, NA HISTÓRIA DO ENSINO DE
LEITURA E ESCRITA NO BRASIL***

DISSERTAÇÃO apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira.

Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosário Longo Mortatti.

**Marília-SP
26 de fevereiro de 2013**

Ficha Catalográfica

P284r Pasquim, Franciele Ruiz.
Reforma do ensino da lingua materna (1884), de Antonio da Silva Jardim, na história do ensino de leitura e escrita no Brasil / Franciele Ruiz Pasquim. – Marília, 2013.
140 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013.

Bibliografia: f. 97-104.

Orientador: Maria do Rosário Longo Mortatti.

1. Jardim, Antonio da Silva. 2. Leitura – Estudo e ensino – Brasil – História. 3. Língua portuguesa – Estudo e ensino. 4. Educação - História. I. Título.

CDD 372.40981

FRANCIELE RUIZ PASQUIM

***REFORMA DO ENSINO DA LINGUA MATERNA (1884), DE
ANTONIO DA SILVA JARDIM, NA HISTÓRIA DO ENSINO DE
LEITURA E ESCRITA NO BRASIL***

Banca Examinadora

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosário Longo Mortatti
Faculdade de Filosofia e Ciências-UNESP-Marília

1º. Examinador: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Maria Mendes Gontijo
Universidade Federal do Espírito Santo

2º. Examinador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio
Faculdade de Filosofia e Ciências-UNESP-Marília

**Marília-SP
26 de fevereiro de 2013**

À minha mãe, Luciana Maria Ruiz Pasquim.
Três motivos me levaram a dedicar-lhe esse momento de travessia/desafio: sua força, seu otimismo e sua perseverança diante do porvir.

AGRADECIMENTOS

a Deus, luz infinita de esperança;

à Professora Maria do Rosário Longo Mortatti: é inestimável o valor de tudo o que aprendo a cada dia com suas orientações e é preciosa a contribuição do desenvolvimento de pesquisa sob sua orientação para minha formação como pesquisadora e professora;

aos meus familiares, essenciais em minha vida, pelos recorrentes investimentos e pelas palavras recobertas de otimismo “vai dar certo”;

ao César B. Xavier, amor que floresce a cada dia, pela paz que traz seu sorriso;

aos integrantes do GPHELLB, pela amizade e pela partilha de experiências, em especial: Fernando Rodrigues de Oliveira, amigo de todas as horas, companheiro de disciplinas e de viagens exploratórias aos acervos; Bárbara Cortella Pereira que finaliza, assim como eu, uma etapa importante de sua formação acadêmica com a certeza de que há muito a ser feito; e Thabatha Aline Trevisan, pelo olhar experiente diante dos desafios;

aos funcionários dos acervos que consultei durante o desenvolvimento da pesquisa: Biblioteca da FFC-UNESP-Marília; Biblioteca da Faculdade de Educação da USP, São Paulo-SP; Centro de Referência em Educação “Mário Covas”, São Paulo-SP; Biblioteca do Livro Didático (LIVRES) da FE-USP, São Paulo; Biblioteca “Paulo Bourroul” da FE-USP, São Paulo; Acervo do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, São Paulo-SP; Biblioteca da Escola Superior de Educação e Seção de obras raras, Lisboa-Portugal; e Museu Histórico “João de Deus”, Lisboa-Portugal;

aos professores Cláudia Maria Mendes Gontijo e Marcos Tadeu Del Roio, pelas contribuições no Exame de Qualificação;

aos funcionários do Programa de Pós-graduação e Escritório de Pesquisa da FFC-UNESP-Marília, agradeço pelos inúmeros esclarecimentos dos tramites burocráticos para o desenvolvimento da pesquisa; e

ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelas bolsas concedidas, sem as quais não teria sido possível minha dedicação exclusiva à pesquisa de que resultou esta dissertação de mestrado.

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja válido se dedicar a compreender o passado se não se sabe nada do presente (BLOCH, 2001, p.65).

PASQUIM, Franciele Ruiz. *Reforma do ensino da língua materna* (1884), de Antonio da Silva Jardim, na história do ensino de leitura e escrita no Brasil. 2013. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

RESUMO

Nesta dissertação de mestrado, apresentam-se os resultados finais da pesquisa (FAPESP) vinculada ao GPHELLB - Grupo de Pesquisa “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil”, e aos Projetos Integrados de Pesquisa “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” e “Bibliografia Brasileira sobre História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil (2003-2011) (Auxílio CNPq)”, todos coordenados por Maria do Rosário Longo Mortatti. Com o objetivo de contribuir para a compreensão do pensamento do professor, advogado, político, propagandista positivista e republicano Antonio da Silva Jardim (1860–1891), sobre o ensino da leitura e da escrita, enfoca-se nesta dissertação o documento *Reforma do ensino da língua materna* (1884). Trata-se da versão impressa do resumo da conferência proferida por Silva Jardim, como professor da Primeira Cadeira – “Grammatica e Lingua Nacional”, da Escola Normal de São Paulo. Mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida por meio da utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de fontes documentais e leitura de bibliografia especializada, elaborou-se um instrumento de pesquisa contendo a bibliografia *de* e *sobre* Antonio da Silva Jardim e analisou-se a configuração textual do documento, a qual contribuiu para a compreensão de que Silva Jardim considerava que o método mais eficaz para o ensino da leitura era o método da palavração, “fase definitiva” da “arte da leitura”, concretizado em *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura*, do poeta “João de Deus”. Para tanto, segundo Silva Jardim, a formação de professores deveria compreender a “parte pedagógica” e a “parte prática”, em que os alunos da Escola Normal de São Paulo deveriam observar e aplicar o “novo” e “científico” método da palavração nas escolas primárias anexas a essa Escola Normal. Tais posicionamentos explicitam a crítica de Silva Jardim ao “método antigo”, o da soletração, e ao método mútuo, considerados por ele entraves na instrução primária paulista. Por fim, constatou-se que a reforma do ensino de língua materna, proposta por Silva Jardim, embora pouco explorada e aparentemente menor em sua produção, era parte integrante e importante de suas ideias revolucionárias para a nação brasileira pautada nos ideais da República.

Palavras-chave: Antonio da Silva Jardim; história do ensino da leitura; história do ensino da língua portuguesa; história da educação.

ABSTRACT

In this master dissertation, the results of a research linked to the lines “History of teaching reading and writing” and “History of the teaching of the Portuguese language” are presented by the Research Group and Integrated Research Projects “History of Teaching Language and Literature in Brazil” and “Brazilian Bibliography on Teaching Language and Literature in Brazil (2003-2011) (CNPq), all coordinated by Maria do Rosário Longo Mortatti. In order to contribute for the comprehension of the thoughts of the teacher, lawyer, positive disseminator and republican Antonio de Silva Jardim (1860-1891) on the teaching of reading and writing, this dissertation focuses on the document *Reforma do ensino da lingua materna* (1884), which contains the printed version of the summary of the conference issued by Silva Jardim, as a head teacher – “Grammatica e Lingua Nacional”, from Normal School of São Paulo Province. By means, historical approach, focusing on documentary and bibliographical research, using procedures such as locating, recovering, assembling, selecting and ordering documentary sources, it was elaborated a research guide that contains textual references of Silva Jardim and about him, and it was analyzed the textual configuration of this. The textual configuration of the document was analyzed, which contributed to the comprehension that, taking into account the intuitive method and the positivist doctrine, Silva Jardim considered that the most effective method for the teaching of reading was the “palavração method”, “definite phase” of the “art of reading”, established in *Cartilha Maternal or Arte da Leitura*, by the poet “João de Deus”. For this, according to Silva Jardim, the development of teachers should include the “pedagogical part” and the “practice part” in which the students of Escola Normal of São Paulo ought to observe and apply the “new” and “scientific” palavração method in primary schools annexed to this Escola Normal. These ideas show the opinion of Silva Jardim to the “old method” – the spelling method and to the mutual method, considered obstacles in the primary instruction in São Paulo by him. It was found that the reform proposed by Silva Jardim, although poorly explored and apparently lowest in its production, was integral and important part of their revolutionary ideas for the Brazilian nation by the ideals of the Republic.

Key-words: Antonio da Silva Jardim; history of teaching reading and writing; history of teaching Portuguese language; “method João de Deus”; history of education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Professor Antonio da Silva Jardim (1860-1891).....	48
Figura 2- Capa do documento <i>Reforma do ensino da língua materna</i> (1884).....	74

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Bibliografia <i>de</i> Antonio da Silva Jardim, por tipo de texto e ano de publicação, entre 1879 e 1889.....	59
QUADRO 2 – Bibliografia <i>sobre</i> Antonio da Silva Jardim, por tipo de texto e ano de publicação, entre 1889 e 2011.....	63
QUADRO 3- Secção “Menores” da Escola Normal de São Paulo, respectivos “Grãos” e conteúdos a ser ensinados.....	88
QUADRO 4 - Secção “Aspirantes” à Escola Normal de São Paulo, respectivos “Grãos” e conteúdos a ser ensinados.....	89
QUADRO 5 - 1ª. Cadeira “Lingua Portuguesa”e respectivos anos e conteúdos a ser ensinados.....	91

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1- Principais aspectos da produção acadêmico-científica brasileira sobre história da alfabetização no Brasil.....	22
Capítulo 2-Antonio da Silva Jardim na história da Escola Normal de São Paulo.....	34
2.1 Aspectos da instrução pública primária paulista no Império brasileiro.....	35
2.2 Aspectos da Escola Normal de São Paulo de São Paulo no Império brasileiro (1822-1889).....	38
2.2.1 Os professores positivistas na Escola Normal de São Paulo.....	45
Capítulo 3-Antonio da Silva Jardim: um homem de múltiplas faces.....	47
3.1 Aspectos da vida, formação e atuação profissional	49
3.2 Bibliografia de Antonio da Silva Jardim.....	58
3.3 Bibliografia <i>sobre</i> Antonio da Silva Jardim.....	62
3.3.1 Livros	65
3.3.2 Capítulos de livro.....	68
3.3.3 Textos acadêmicos.....	69
3.3.4 Artigos de jornais.....	69
3.3.5 Textos completos publicados em anais de evento.....	70
3.3.6 Verbetes de dicionário.....	70
3.3.7 Legislação municipal.....	71
3.3.8 Textos com menções a Antonio da Silva Jardim, sua atuação profissional ou produção escrita/ou citações de textos seus.....	71
3.4 A face menos explorada <i>sobre</i> Antonio da Silva Jardim.....	72
Capítulo 4- O ensino da leitura e escrita proposto por Antonio da Silva Jardim.....	73
4.1 A conferência <i>Reforma do ensino da lingua materna</i> (1884).....	75
4.2 O opúsculo <i>Reforma do ensino da lingua materna</i> (1884), Silva Jardim.....	76
4.2.1 A concepção de ensino da leitura	78
4.2.2 A língua materna e sua função social.....	78
4.2.3 Como ensinar (didática) a língua materna.....	80
4.2.4 Silva Jardim e a divulgação do “método João de Deus” para o ensino da leitura e escrita.....	85
4.2.5 Formação do professor primário.....	86
4.3 As normatizações sobre o ensino da leitura e da escrita.....	87
4.3.1 <i>Programma para o ensino da Lingua Materna nas escolas primarias annexas á Escola Normal</i>	88
4.3.2 <i>Resumo dos PROGRAMMAS adoptados pela Congregação da Escola Normal para o Curso de Grammatica e Lingua Nacional no anno de 1884.....</i>	90
4.3.3 <i>Programma do Curso da 1º. Cadeira da Escola Normal, segundo a proposta de REFORMA DE REGULAMENTO, authorisada pela lei n. [?] da Assembléa Provincial, e apresentada ao Exm. Governo.....</i>	90
Considerações finais.....	94
Referências.....	98
Bibliografia de apoio teórico.....	106
Instituições, acervos e sites consultados.....	110
Apêndice-Bibliografia de e sobre Antonio da Silva Jardim.....	115

INTRODUÇÃO

O meu interesse no tema “História do Ensino de Leitura e Escrita” e “História do Ensino de Língua Portuguesa”, do qual decorreu a pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado em Educação¹, teve início após meu ingresso, em 2007, no Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília.

Em 2007, com meu ingresso no curso de Pedagogia, cursei a disciplina “Metodologia do Trabalho Científico” e como o requisito avaliativo dessa disciplina era a elaboração de um estudo monográfico, escolhi me aprofundar no tema Alfabetização de Jovens e Adultos. Durante a elaboração desse modesto estudo monográfico, fiz algumas leituras, em especial, dos livros de Paulo Freire, que me instigaram a pensar alfabetização como um campo de conhecimento.

Entre 2007 e 2008, atuei como estagiária em uma creche municipal, na cidade Tupã/SP e pude perceber a preocupação dos professores em alfabetizar durante a educação de infantil para que as crianças ingressassem já alfabetizadas nas séries iniciais do ensino fundamental. Diante disso senti a necessidade de compreender a alfabetização ao longo de sua história.

A partir dessas experiências, retomei o meu interesse inicial de estudar a alfabetização e, em 2009, passei a integrar o GPHELLB — Grupo de pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil”², na condição de bolsista de Iniciação Científica (IC) (PIBIC/CNPq/UNESP)³ sob orientação da professora Dr^a. Maria do Rosário Longo Mortatti.

O GPHELLB decorre do Programa de Pesquisa “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” (PPHELLB) e, desse grupo e desse programa de pesquisa, em funcionamento desde 1994, resultou o Projeto Integrado de Pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil” (PIPELLB), em desenvolvimento desde 1995 e o Projeto Integrado de Pesquisa “Bibliografia Brasileira sobre História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil (2003-2011) (BBHELLB)⁴”, todos coordenados pela professora mencionada.

¹ Bolsa FAPESP (vigência: 1º. de junho de 2012 a 31 maio de 2013). Também fui bolsita CAPES (vigência: 1º. de junho de 2011 a 31 de maio de 2012).

² Cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq; certificado pela UNESP. Informações disponíveis em: <http://www.marilia.unesp.br/gphellb>. Esse grupo tem como líder Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Longo Mortatti.

³ Bolsa PIBIC (vigência: 1º. abril de 2009 a 31 de janeiro de 2011).

⁴ Apoio CNPq, processo n°. 482749/2009-1.

O GPHELLB, o PPHELLB e o PIPHELLB estão organizados em torno de tema geral, método de investigação e objetivo geral que são comuns a todas as pesquisas de seus integrantes. O tema geral — ensino de língua e literatura no Brasil — se subdivide em cinco linhas de pesquisa, a saber: “Formação de professores”; “Alfabetização”; “Ensino de língua portuguesa”; “Ensino de literatura”; e “Literatura infantil e juvenil”. O método de investigação está centrado em abordagem histórica, com análise da configuração textual de fontes documentais. O objetivo geral, por sua vez, consiste em:

[...] contribuir tanto para a produção de uma história do ensino de língua e literatura no Brasil, que auxilie na busca de soluções para os problemas desse ensino, no presente, quanto para a formação de pesquisadores capazes de desenvolver pesquisas históricas, que permitam avanços em relação aos campos de conhecimento envolvidos. (MORTATTI, 2003, p. 3).

Por me interessar pelo tema Alfabetização, logo na primeira sessão de orientação como bolsista de iniciação científica, a professora Maria do Rosário me sugeriu estudar a proposta de ensino de leitura e escrita dos professores Ramon Roca Dordal e Carlos Alberto Gomes Cardim, autores de cartilhas do início do século XX.

A partir daí, instigada pela necessidade de compreender as respectivas propostas desses professores, passei a realizar atividades específicas como iniciante na pesquisa científica, sobretudo de abordagem histórica, e, dentre essas atividades, passei a localizar, recuperar, reunir, selecionar e ordenar referências de textos de autoria desses professores e de textos sobre esses professores e menções e/ou citações de textos seus.

Do desenvolvimento dessas atividades elaborei os instrumentos de pesquisa *Bibliografia de e sobre Carlos Alberto Gomes Cardim (1875-1938)*: um instrumento de pesquisa (PASQUIM, 2010a) e *Bibliografia de e sobre Ramon Roca Dordal (1854-1938)*: um instrumento de pesquisa (PASQUIM, 2010b).

A elaboração desses instrumentos de pesquisa me possibilitou conhecer a produção escrita desses professores e os estudos e pesquisas que mencionavam e citavam a atuação desses professores e a localização de documentos emblemáticos para a compreensão da atuação desses professores na história da alfabetização no Brasil.

Durante a elaboração dos instrumentos de pesquisas mencionados, localizei a *Cartilha Infantil pelo methodo analityco*⁵, de Carlos Alberto Gomes Cardim e elaborei um projeto de pesquisa, onde analisei essa cartilha. Por meio dos resultados obtidos com a análise dessa cartilha pude compreender a forma como era proposto, por Cardim, o método analítico para o ensino da leitura e escrita, uma vez que esse

⁵ Nesta e nas demais citações de trechos e títulos de documentos, manterei a ortografia da época.

método havia sido institucionalizado no estado de São Paulo, nas décadas iniciais do século XX.

Do desenvolvimento da pesquisa de IC, resultou o Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia (TCC) *Um estudo sobre Cartilha Infantil pelo methodo analityco [1910?]*, de Carlos Alberto Gomes Cardim (1875-1938) (PASQUIM, 2010), no qual apresentei, em apêndice, o instrumento de pesquisa intitulado *Bibliografia de e sobre Carlos Alberto Gomes Cardim (1875-1938): um instrumento de pesquisa* (PASQUIM, 2010a). Esse TCC, concluído em dezembro de 2010, foi aprovado com nota dez e com recomendação de publicação pela banca examinadora⁶.

Avaliando os resultados apresentados no TCC, optei por dar continuidade à minha formação como pesquisadora e aprofundar minhas reflexões sobre a história do ensino de leitura e escrita no Brasil. Para tanto, em março de 2011, ingressei no Mestrado em Educação da FFC-UNESP-Marília, sob a orientação da professora Maria do Rosário Longo Mortatti, a fim de compreender outros aspectos ainda pouco explorados da história da alfabetização no Brasil, em especial, nas décadas finais século XIX.

Quando ingressei no mestrado, a partir das sessões de orientações que tive com minha orientadora, reformulei a minha proposta de pesquisa⁷. Para tanto, elaborei um instrumento de pesquisa mediante a utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de referências de textos escritos por Silva Jardim e de textos de outros autores sobre Silva Jardim ou que contêm menções a ele, a sua atuação profissional, a sua produção escrita e/ou citações de textos seus.

Concomitantemente ao desenvolvimento da pesquisa documental e bibliográfica, durante o ano de 2011, cursei oito disciplinas para a integralização dos créditos do mestrado⁸. Essas disciplinas contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e para a

⁶ Essa banca examinadora foi composta pelos professores: Maria do Rosário Longo Mortatti (orientadora), Márcia Cristina de Oliveira Mello (UNESP-Ourinhos) e Paulo Eduardo Teixeira (UNESP-Marília).

⁷ Inicialmente optei por analisar do livro *A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo*, de Ana Luiza Smolka Bustamante (SMOLKA, 2000).

⁸ As disciplinas que cursei para a integralização das disciplinas do mestrado foram: “História do ensino da leitura e escrita no Brasil”, ministrada pela Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosário Longo Mortatti (FFC-UNESP-Marília); “História da escola no Brasil”, ministrada pela Prof^ª. Dr^ª. Ana Clara Bortoleto Nery (FFC-UNESP-Marília); “Filosofia da educação”, ministrada pelos Drs. Pedro Ângelo Pagni; Rodrigo Pelloso Gelamo e Sinésio Ferraz Bueno (FFC-UNESP-Marília); “Pesquisa e Educação no Brasil: objetos de estudo e procedimentos metodológicos”, ministrada pelas Dr^ªs. Lourdes Marcelino Machado e Graziela Zambão Abdian (FFC-UNESP-Marília); “Tópicos Especiais e Filosofia e História da Educação”, ministrada pela Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosário Longo Mortatti, Prof. Dr. Pedro Angelo Pagni; Dr. Sinésio Ferraz Bueno; Dr. Rodrigo Pelloso Gelamo; Prof^ª. Dr^ª. Ana Clara Bortoleto Nery e Dr. Alonso Bezerra de Carvalho (FFC-UNESP-Marília); “Metodologia de Pesquisa em Filosofia e História da Educação”,

minha formação como pesquisadora. Apresentei resultados parciais de minha pesquisa em dois eventos internacionais e um local⁹. E, também participei de sessões de orientação individual e coletiva, com periodicidade mensal, e de atividades promovidas pelo GPHELLB, como, reuniões gerais e grupos de estudos, ambos contribuíram para os encaminhamentos da pesquisa.

Do desenvolvimento da atividade de elaboração de instrumento de pesquisa resultou o documento *Bibliografia de e sobre Antonio da Silva*: um instrumento de pesquisa¹⁰ (PASQUIM, 2012). A elaboração desse instrumento de pesquisa foi uma etapa importante, na qual pude visualizar possibilidades de encaminhamento da pesquisa e confirmar a relevância e a pertinência do tema estudado, uma vez que não foi localizado nenhum estudo como o desenvolvido nesta dissertação de mestrado.

A partir dessas constatações, elaborei o projeto de pesquisa enfocando o documento *Reforma do ensino da lingua materna* (1884), de Antonio da Silva Jardim. Por ser esse documento *corpus* da pesquisa e fonte documental privilegiada, apliquei o método da configuração textual proposto por Mortatti (2000a), que o define como o:

[...] conjunto de aspectos constitutivos de determinado texto, os quais se referem: às opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão (p. 31).

A escolha por analisar o documento *Reforma do ensino da lingua materna* (1884) deveu-se aos seguintes motivos: por ser esse documento emblemático para a

ministrada pela Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Longo Mortatti e pelo Prof. Dr. Pedro Angelo Pagni (FFC-UNESP-Marília), “História Conectada da Educação: Circulação de Objetos Culturais, Modelos Pedagógicos e Pessoas Entre Mundos”, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Diana Gonçalves Vidal Smith (FE-USP- São Paulo); e “Literatura e Mercado”, ministrada pelo Prof.Dr. João Luís Ceccantini (FFCL-UNESP- Assis).

⁹ Durante o desenvolvimento da pesquisa de mestrado, participei dos seguintes eventos científicos: IX COLUBHE- Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação, promovido pela Sociedade Brasileira de Educação, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em maio de 2011; VIII Seminário de Pesquisa, PPGE- Marília, junho de 2011; 33^o. ISCHE- Internacional Standing Conference for the History of Education, realizado em Genebra, junho de 2012; e do IX COLUBHE- Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, em Lisboa, julho de 2012

¹⁰ Para a elaboração desse instrumento de pesquisa, consultei acervos localizados nas cidades de São Paulo-SP, Vitória-ES, Marília-SP, Tupã-SP e em Lisboa-Portugal, e consultei bases de dados disponíveis *on-line* e *sites* da Internet.

compreensão da proposta de ensino de leitura e escrita de Silva Jardim; por existirem ainda muitas lacunas nos estudos sobre o pensamento do professor Antonio da Silva Jardim, no âmbito da História do ensino de leitura e escrita no Brasil.

Após definição do *corpus* de análise, formulei o seguinte problema de investigação: como se caracteriza a proposta de ensino da leitura e escrita em *Reforma do ensino de lingua materna* (1884), de Antonio da Silva Jardim?

A partir do problema de investigação, formulei as principais questões norteadoras da pesquisa: quem foi Antonio da Silva Jardim e quais as características de sua formação acadêmica e atuação profissional e política; em que consistia o ensino da língua materna proposto por Silva Jardim; em que aspecto a reforma do ensino da língua materna proposto por Silva Jardim se diferenciava do ensino de gramática e dos métodos de soletração utilizados à época; quais as relações entre essa proposta e o contexto histórico e social da época; e quais as contribuições de Silva Jardim para a história da alfabetização no Brasil.

A hipótese inicial que formulei para o desenvolvimento da pesquisa foi a de que no documento analisado encontram-se os aspectos que Silva Jardim considerava mais importantes para o ensino da língua materna, a saber: os relacionados ao método da palavração concretizado na *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura*, de João de Deus. A reforma para o ensino da língua materna, proposta por Silva Jardim, questionava o ensino da gramática em favor do ensino da leitura pelo “método da palavração”, e pode ser interpretada como meio para a formação dos indivíduos e parte integrante de sua atuação política em favor da instauração do regime republicano no Brasil.

A partir do problema, das questões norteadoras e da hipótese, defini os seguintes objetivos de pesquisa:

- contribuir para a produção de uma história do ensino de língua e literatura no Brasil;
- contribuir para a compreensão de importantes momentos da história da alfabetização no Brasil;
- elaborar o instrumento de pesquisa contendo a bibliografia *de* e *sobre* Antonio da Silva Jardim;
- analisar a configuração textual de *Reforma do ensino da lingua materna* (1884);e

- contribuir para o desenvolvimento de pesquisas correlatas.

A fim de alcançar esses objetivos e considerando o problema e a hipótese que defini para a pesquisa, utilizei conceitos operativos. Apresento-os a seguir; eles se relacionam à abordagem histórica e à fundamentação teórica aqui propostas.

Ao se estudar a história da alfabetização, o pesquisador depara-se com diferentes concepções do que é ler e escrever. Por ser uma temática multidisciplinar, o estudo da alfabetização exige um olhar apurado para a busca da compreensão de suas múltiplas facetas, conforme aponta Soares (2004).

Mortatti (2000a, p.17) define a alfabetização como “[...] o ensino da língua escrita na fase inicial de escolarização de crianças” e a importância do professor que ensina a criança a ler e a escrever, sendo ele, o professor alfabetizador, àquele que ensina com uma intencionalidade específica e que possibilita a entrada criança ao “[...] mundo público da cultura letrada [e que] instaura novos modos e conteúdos de pensar, agir, querer e sentir” (MORTATTI, 2000a, p.34).

Ao sentido que Mortatti (2000a) atribui à alfabetização, retomo o papel do professor, aquele que é responsável em propiciar a “passagem da criança para o mundo novo”, ou seja, o mundo da leitura e da escrita, e compreendo que, conforme Chartier (1996), o ensino da leitura e da escrita não são como

[...] um procedimento espontâneo de aquisição: trata-se aí, necessariamente, de práticas sociais instituídas em que o simples contato com os escritos e a observação de leituras, silenciosas ou não, não são suficientes para transmitir. A passagem da forma oral primitiva da língua a uma forma gráfica codificada nunca é imediata e é útil pergunta-se por que, mesmo em sociedades como a nossa, completamente alfabetizadas e em que o escrito é constantemente colocado sob nossos olhos, à aprendizagem da leitura e da escrita requer ensino [...] (p.25-26).

A preocupação em ensinar a ler e escrever levou, no caso do Brasil, conforme aponta Mortatti (2000a, p.17), à busca de estratégias de “[...] organização de um sistema público de ensino e constituição de um modelo específico de escolarização das práticas culturais de leitura e escrita”.

E, que de acordo com Graff (1994), o aprender a “ler e a escrever” esteve relacionado à

[...] funções políticas e cívicas, tais como a conduta moral, respeito pela ordem social e cidadania participante, começa nas cidades-estados gregas durante o quinto século antes de Cristo e constitui um legado clássico regularmente redescoberto e reinterpretado por

peças do Ocidente: durante a Idade Média, o Renascimento, a Reforma e a Ilustração, e de novo durante os grandes movimentos de reforma institucional do século XIX. (GRAFF, 1994, p. 40).

Por se tratar de “processo escolarizado, sistemático e intencional” (MORTATTI, 2000a), o ensino da leitura e da escrita na fase inicial de escolarização tem demandado, ao longo de sua história no Brasil, a utilização dos métodos de alfabetização, que são classificados em dois tipos básicos:

[...] um desses métodos começa pelo estudo dos sinais ou pelo dos sons elementares; e o outro, pelo contrário, busca obter o mesmo resultado, colocando de repente a criança em face da linguagem escrita. O primeiro é geralmente conhecido com o nome de “método sintético”, em razão do trabalho psicológico que demanda da criança para o ato de ler. Desde que tenha aprendido a ler cada sinal, a criança deve, com efeito, condensar essas diferentes leituras em uma leitura única que, geralmente, para cada agrupamento particular desses sinais, é diferente de sua leitura isolada [...] Trata-se, pois, de uma operação de síntese. O outro método parte dos agrupamentos mesmos. Parte das palavras. Chamar-se-á *analítico*, quando se deseje recordar o trabalho psicológico que se exige do menino ao aprender, segundo esses agrupamentos, as denominações de suas partes ou sonoridades de suas sílabas. A mesma maneira de proceder se designará sob o nome de método *global*, se deseje recordar unicamente a sua origem: pôr a criança em presença de frases, ou de palavras, tais como as lemos. (SIMON apud BRASLAVSKY, 1971, p. 44, grifos da autora).

Quanto ao desenvolvimento de pesquisa histórica em educação, que “[...] consiste, do ponto de vista teórico-metodológico, na abordagem histórica — no tempo — do fenômeno educativo em suas diferentes facetas” (MORTATTI, 1999, p.73). O objetivo dessa abordagem é:

[...] aprender e problematizar, por meio de configurações textuais — as lidas e as produzidas pelo pesquisador, a simultaneidade entre continuidade e descontinuidade de sentidos a respeito do fenômeno educativo em diferentes facetas, simultaneidade essa que caracteriza o movimento histórico e as “temporalidades múltiplas” que nele coexistem (MORTATTI, 1999, p. 75).

A pesquisa histórica em educação, portanto, possibilita a compreensão das “continuidades e das descontinuidades de sentidos” a que se refere Mortatti (1999). Para tanto, o desenvolvimento de pesquisa histórica deve se basear em documentos, os quais podem ser compreendidos como

[...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, inda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, o testemunho, o

ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando o seu significado aparente. (LE GOFF, 2003, p. 538).

O desenvolvimento desse tipo de abordagem também possibilita ao pesquisador compreender que,

[...] não é um conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores. (LE GOFF, 2003, p. 525).

As perguntas que o pesquisador faz ao documento a fim de responder as perguntas elaboradas a partir de seu objeto de estudo buscam, conforme apontam Vieira, Peixoto e Khoury (2002),

[...] recuperar a totalidade [e] fazer com que o objeto não apareça no emaranhado de suas mediações e contradições; é recuperar como este objeto foi constituído, tentando reconstituir sua razão de ser ou aparecer a nós segundo experiência social, em vez de determiná-lo em classificações e compartimentos fragmentados. (p.10-11).

Sobre o desenvolvimento de pesquisas históricas, Vieira, Peixoto e Khoury (2002) “[...] a história como um permanente fazer-se e a investigação histórica como uma busca aberta a múltiplas possibilidades” (p.71). Nesse sentido atribuído pelas autoras ao desenvolvimento de pesquisas históricas, é que torna esta dissertação uma das possibilidades de se compreender a história da alfabetização, em seus diferentes momentos históricos.

Sobre os procedimentos metodológicos, coerentemente com a abordagem histórica proposta, optei pela pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida mediante utilização dos procedimentos de: localização, recuperação, reunião, seleção, ordenação e análise de fontes documentais; e de leitura de bibliografia especializada, em especial com abordagem histórica, sobre alfabetização e aspectos correlatos, tais como: características do momento histórico-educacional, necessidades e finalidades do documento analisado, e em que consistem as mudanças propostas pelo autor para o ensino da língua materna.

Tendo em vista o exposto e a fim de apresentar à banca examinadora os resultados da pesquisa de mestrado que desenvolvi, organizei esta dissertação da seguinte forma:

Nesta Introdução, apresento a justificativa para a delimitação do *corpus* privilegiado da pesquisa e os pressupostos teórico-metodológicos norteadores da pesquisa.

No capítulo 1, apresento os principais aspectos da produção acadêmico-científica sobre história da alfabetização no Brasil, no qual a minha pesquisa se insere.

No capítulo 2, abordo aspectos da relação de Silva Jardim com a instrução primária no Império e a formação de professores na Escola Normal de São Paulo.

No capítulo 3 apresento aspectos da vida, formação e atuação profissional de Antonio da Silva Jardim e da bibliografia *de* e *sobre* esse professor.

No capítulo 4, apresento os resultados da análise da configuração textual do documento *Reforma do ensino da lingua materna* (1884), de Antonio da Silva Jardim, enfocando os aspectos constitutivos de seu sentido, sobretudo, relativos ao conteúdo, forma, finalidade e destinação desse documento; e ao momento histórico de publicação de sua publicação.

Ao final desta dissertação, apresento as considerações finais, relação de referências de textos citados, bibliografia de apoio teórico e apêndice contendo: o documento *Bibliografia de e sobre Antonio da Silva Jardim*: um instrumento de pesquisa (PASQUIM, 2012).

CAPÍTULO 1

PRINCIPAIS ASPECTOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICO- CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

De acordo com Mortatti (2011), nas últimas décadas do século XX houve um significativo aumento na produção acadêmico-científica sobre alfabetização, em particular sobre história da alfabetização em que os pesquisadores passam a refletir sobre passado na busca de compreender e solucionar os problemas do presente.

Conforme constatações de Soares (1989); Soares e Maciel (2000); Mortatti (2003); Mortatti (2011); (Mortatti, 2012), até a década de 1990 eram quase inexistentes pesquisas com esse tipo de abordagem da alfabetização.

Em *Alfabetização no Brasil*: o estado do conhecimento, Soares (1989) apresenta resultados de sua pesquisa do tipo “estado da arte”, no qual a autora apresenta um inventário da produção acadêmico científica sobre o ensino da leitura e da escrita na fase inicial da escolarização de crianças no Brasil (entre os anos de 1954 e 1989).

Em continuidade a essa publicação, em *Alfabetização*, Soares e Maciel (2000) apresentam o “estado do conhecimento” da produção acadêmico científica (teses e dissertações) sobre ensino de leitura e escrita na fase inicial de escolarização de crianças no Brasil, entre 1961 e 1989.

As autoras constataram que é a partir da década de 90 que as pesquisas sobre alfabetização se intensificaram por dois principais motivos: pela necessidade de buscar soluções para o fracasso escolar, como por exemplo, as pesquisas de intervenção pedagógica; e pela ampliação dos programas de pós-graduação.

No período abordado por Soares e Maciel apenas uma pesquisa com abordagem histórica foi localizada. Trata-se da dissertação de mestrado intitulada *Alfabetização: propostas e problemas para uma análise do seu discurso*, de Dietzche (1979), que analisa cartilhas de alfabetização que circularam em São Paulo, entre 1930 e 1976. O objetivo da autora foi o de compreender como o ensino da leitura era proposto nessas cartilhas. Por meio da análise dessas cartilhas, a autora constatou que as propostas de ensino das cartilhas estão relacionadas com os aspectos gráficos e que não havia uma preocupação com os conteúdos de ensino..

No documento *Ensino de língua e literatura no Brasil*: repertório documental republicano, de Mortatti (2003), encontram-se reunidas 2025 referências de textos publicados por brasileiros entre 1874 e 2002, relativos às cinco linhas de pesquisa do GPHELLB. Desse total, a maior quantidade de referências se concentra na linha “Alfabetização” (560 referências), o que reflete a consolidação desse campo de conhecimento, em especial nas últimas décadas.

Em continuidade a esse projeto, foi elaborado pelos integrantes do GPHELLB o documento *Bibliografia brasileira sobre história do ensino de língua e literatura no Brasil* (2003-2011) (MORTATTI, 2012). Nesse documento, se encontram reunidas 2044 referências de diferentes tipos de textos, produzidos por brasileiros entre 2003 e 2011

Com base nos resultados de dois projetos integrados de pesquisa “Ensino de Língua e Literatura no Brasil: repertório documental republicano”¹¹ e “Bibliografia Brasileira sobre História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil (2003-2011)”¹² –, ambos coordenados por Maria do Rosário Longo Mortatti, e que foram desenvolvidos no âmbito do GPHELLB, apresento alguns aspectos da produção acadêmico-científica sobre “História da Alfabetização” no Brasil.

Mortatti (2011, p.1) aponta que é a partir da década de 1980 que ocorre o aumento da produção acadêmico-científica de livros, capítulos, artigos e trabalhos acadêmicos (teses e dissertações). Trata-se “[...] tanto pesquisas em história da educação quanto pesquisas com abordagem histórica, desenvolvidas em outros campos e especialidades da área de Educação e que enfocam temas e objetos a ela correlatos. (MORTATTI, 2011, p.1).

Ainda segundo Mortatti (2000a), vêm sendo realizados estudos e pesquisas sobre alfabetização “[...] com abordagem histórica de diferentes aspectos (didáticos, lingüísticos, psicológicos, sociológicos, antropológicos, culturais, políticos) do processo de ensino e aprendizagem iniciais da leitura e da escrita”. (MORTATTI, 2011, p.2).

Com base nessas constatações, Soares (2000) aponta o caráter inaugural da pesquisa de abordagem histórica desenvolvida por Magnani (1997)/Mortatti (2000a) em sua tese de livre-docência, na qual apresenta a história da alfabetização no Brasil, em especial o caso paulista, entre os anos de 1976 e 1994, contribui para suscitar novas possibilidades de pesquisa com abordagem histórica da alfabetização¹³

¹¹ O projeto “Ensino de Língua e Literatura no Brasil: repertório documental republicano” (Apoio e auxílio CNPq; auxílio FAPESP) foi desenvolvido e concluído entre 1999 e 2003 e teve como objetivo organizar, sistematizar e divulgar um instrumento de pesquisa, com caráter de repertório de fontes documentais relativas a cada das linhas de pesquisa do GPHELLB.

¹² O projeto “Bibliografia Brasileira sobre História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil (2003-2011)” (Auxílio CNPq - Edital Universal) foi desenvolvido entre 2009 e 2011, com o objetivo de dar continuidade e ampliar o projeto anterior, a fim, também, de atualizar, sistematizar e divulgar uma obra de referência, contendo especificamente bibliografia sobre história do ensino de língua e literatura no Brasil, no âmbito de cada uma das linhas de pesquisa do GPHELLB.

¹³ Essa é também conclusão de Orian (2008), como resultado de atividade de Iniciação científica desenvolvida no âmbito do GPHELLB.

Em decorrência disso, vêm sendo desenvolvidas pesquisas no âmbito de vários grupos vinculados a diferentes universidades brasileiras, em particular no âmbito do GPHELLB. Essas pesquisas tomam Magnani (1997)/Mortatti (2000a) como matriz teórica.

Dentre essas pesquisas, destaco as foram fundamentais para o desenvolvimento de minha pesquisa por dialogarem com o meu objeto de investigação e por terem me auxiliado na visualização de caminhos para esta dissertação. São eles¹⁴: Magnani (1997)/Mortatti (2000a; 2000b; 2007; 2008; 2011); Bertolletti (2006); Amâncio (2008); Mello (2007); Pereira (2006, 2009; 2013); Gazoli (2007,2010); Messenberg (2008, 2012); Oriani (2010); Ribeiro (2001); Bernardes (2003); Sobral (2007); Santos (2008); e Pasquim (2010).

Todos esses textos são resultantes de pesquisas que foram desenvolvidas no âmbito do GPHELLB, vinculados às linhas “História da Alfabetização” e “História do ensino de língua portuguesa” e que têm como matriz teórica o livro *Os sentidos da alfabetização: São Paulo/1876-1994*, Mortatti (2000a), tais como minha pesquisa, da qual resultou esta dissertação, e o TCC que concluí em 2010.

Mortatti (2000a) apresenta a história da alfabetização no Brasil em quatro momentos, com ênfase no estado de São Paulo, no período entre 1876 e 1994. Sintetizo a seguir as principais características de cada momento da história da alfabetização no Brasil, conforme propostos pela autora.

Primeiro Momento - “Metodização do ensino da leitura” (entre 1876 e 1890): é caracterizado pela disputa entre os partidários do “novo” método da palavração e o os partidários dos métodos “tradicionais” ou “sintéticos” (soletração e silabação). A partir da propaganda e da divulgação feita pelo professor positivista Antonio da Silva Jardim do método da palavração contido na *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura* (1876), e do poeta português João de Deus. Nesse momento, funda-se uma tradição na qual: “[...] ensino da leitura envolve necessariamente uma questão de método, apresentando-se o “método João de Deus” (palavração), como fase científica e definitiva nesse ensino e fator de progresso” (MORTATTI, 2000a, p. 73).

Segundo Momento - “A institucionalização do método analítico” (entre 1890 e meados da década de 1920): é caracterizado pela disputa entre os defensores do “novo” método analítico (palavração, sentencição ou da historieta) e os partidários dos

¹⁴ Todos esses textos são resultantes de pesquisas desenvolvidas no âmbito do GPHELLB.

métodos sintéticos (em especial da silabação). Com a reforma da instrução pública paulista dirigida pelo professor Antonio de Sampaio Dória, que concedia “autonomia didática” aos professores, houve a disputa entre os “mais modernos” e os “modernos” quanto ao processamento do método analítico para o ensino da leitura. Nesse momento, funda-se outra tradição: o método analítico “[...] é o mais adequado às condições biopsicológicas da criança [...] proporcionando um aprendizado que tem o professor como um guia e a ‘redenção intelectual’ da criança como um fim” (MORTATTI, 2000a, p. 134).

Terceiro Momento - “A alfabetização sob medida” (entre meados da década de 1920 e final da década de 1970): é caracterizado pela hegemonia dos testes ABC, formulados por Manoel Bergström Lourenço Filho e divulgados no livro *Testes ABC*: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita, publicado em 1934. A partir da disseminação desses testes, amenizaram-se as disputas entre os defensores dos métodos de ensino, em favor de “métodos mistos” (sintético-analítico ou analítico-sintético) Nesse momento funda-se outra tradição marcada pela “[...] alfabetização sobre medida” (MORTATTI, 2000a, p. 26).

Quarto Momento¹⁵ - “Alfabetização: construtivismo e a desmetodização” (entre início da década de 1980 e os dias atuais): é caracterizado pela disputa entre os defensores do pensamento construtivista de Emilia Ferreiro e os defensores dos “tradicionais métodos” (analíticos, sintéticos ou mistos). Nesse momento, funda-se outra tradição: a “desmetodização da alfabetização” (MORTATTI, 2000a).

Mortatti (2000a) conclui, dentre outros aspectos, que:

[...] visando à ruptura com seu passado, determinados sujeitos produziram, em cada momento histórico, determinados sentidos que consideravam modernos e fundadores do novo em relação ao ensino da leitura e escrita. Entretanto, no momento seguinte, esses sentidos acabaram por ser paradoxalmente configurados, pelos pósteros imediatos, como um conjunto de semelhanças indicadoras da continuidade do antigo, devendo ser combatido como tradicional e substituído por um novo sentido para o moderno. (p. 23).

No artigo “Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular”, Mortatti (2000b) tem por objetivo problematizar a relação histórica existente no Brasil,

¹⁵ Em continuidade ao “quarto momento crucial” da história da alfabetização no Brasil, ainda em curso, Mortatti teve publicados três artigos, a saber: Mortatti (2007; 2008; 2010).

entre a utilização das cartilhas e a constituição de certa cultura escolar, em que a cartilha e os métodos de alfabetização se tornaram instrumentos privilegiados para o acesso ao mundo letrado. Por fim, a autora propõe a reflexão sobre quais seriam as concepções, práticas, conteúdos, finalidades da alfabetização que substituiriam o “pacto secular” do uso das cartilhas de alfabetização.

No artigo “Letrar é preciso, alfabetizar não basta... mais?”, Mortatti (2007) apresenta reflexões em continuidade às apresentadas no livro *Os sentidos da alfabetização: São Paulo/1876-1994*, relativamente ao “quarto momento crucial” da história da alfabetização no Brasil. Nesse artigo, a autora apresenta três modelos principais de explicações para os problemas da alfabetização: “construtivismo”, “interacionismo lingüístico” e “letramento” e em relação a essas explicações sobre o problema da educação, a autora conclui que não há “[...] ocorrências e aplicações ‘puras’ de uma ou outra perspectiva teórica [...] nas práticas alfabetizadoras, atividades didáticas baseadas nos ‘antigos’ métodos de alfabetização: sintéticos, analíticos e mistos” (MORTATTI, 2007, p. 1).

Ainda em continuidade ao livro *Os sentidos da alfabetização: São Paulo/1876-1994*, Mortatti teve publicado o artigo “A ‘querela dos métodos’ de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate” (MORTATTI, 2008), que tem por objetivo contribuir para o debate sobre os métodos de alfabetização no Brasil, especificamente apresentar os equívocos quanto à utilização do método fônico proposto no livro *Alfabetização: método fônico* (2004), de F. C. Capovilla e A. G. Capovilla. Por meio da análise da configuração textual do livro, Mortatti (2008, p. 110) conclui que o método fônico “[...] apresentado como novo e principalmente os argumentos em sua defesa já se mostraram ineficazes há mais de um século, no Brasil” e que a defesa desse método objetiva [...] convencer seus contemporâneos de que eram portadores de nova, científica e definitiva solução para os problemas da alfabetização no país” (MORTATTI, 2008, p. 109).

No livro *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*¹⁶, organizado por Mortatti (2011), estão contidos artigos e ensaios de vários pesquisadores, eles têm como

¹⁶ No livro *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*, organizado por Mortatti (2011) estão contidos artigos e ensaios de diversos pesquisadores, tais como: Magda Soares; Anne Marie-Chartier; Ana Luiza Jesus Costa; Cancionila Janzkovski Cardoso; Cecília Maria Aldiguiéri Goulart; Cláudia Maria Mendes Gontijo; Cleonara Maria Schwartz; Diana Gonçalves Vidal; Eliane Peres; Estela Mantovani Bertletti; Lázara Nanci de Barros Amâncio; Lilian Lopes Martin da Silva; Márcia Cristina de Oliveira Mello; Maria Arisnete Câmara de Moraes; Maria do Rosário Longo Mortatti; Norma Sandra de Almeida Ferreira; e Rachel Duarte Abdala.

objetos de suas pesquisas a história da alfabetização. Na apresentação desse livro, Boto (2011) afirma que a alfabetização “[...] é um dos mais significativos objetos de estudo no campo da educação” (p.1). Ainda segundo Boto (2011), os estudos sobre história da alfabetização desenvolvidas no âmbito de grupos de pesquisa cujas sínteses foram apresentadas em cada um dos textos dessa coletânea proporcionam “[...]uma grade de compreensão daquilo que vem sendo produzido no Brasil nos últimos anos” (p.8).

No livro *Lourenço Filho e a alfabetização: um estudo de **Cartilha do povo** e da cartilha **Upa, cavalinho!***, Bertolletti (2007)¹⁷ tem por objetivo compreender o projeto de alfabetização de Lourenço Filho. Por meio da análise da configuração textual de ***Cartilha do povo*** e da cartilha ***Upa, Cavalinho!***, ambas publicadas pela editora Melhoramentos de São Paulo, a autora constatou que essas cartilhas “[...] se sustentam sobre as mesmas bases iniciais, sobre as mesmas justificativas e sobre a hipótese primeira do autor relativa ao nível de maturidade necessária ao aprendizado da leitura e da escrita [...]” (BERTOLETTI, 2006, p.121). E também que essas cartilhas representaram a “concretização” do projeto de alfabetização idealizado por Lourenço Filho.

No livro *Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso/1910-1930*, Amâncio (2008)¹⁸ tem por objetivo contribuir para a compreensão da história da alfabetização no estado do Mato Grosso, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX. Por meio da análise da configuração textual de dois documentos oficiais, o Relatório das *Escolas Normal e Modelo Anexa e a Ata do Conselho Superior da Instrução Pública* a autora concluiu que “[...] o discurso institucional mato-grossense sobre o ensino da leitura constituiu-se mediante a apropriação do discurso paulista” (AMANCIO, 2008, p. 19).

No livro *Emilia Ferreiro e a alfabetização no Brasil: um estudo sobre a psicogênese da língua escrita*, Mello (2007)¹⁹ tem por objetivo compreender a importância do pensamento construtivista de Emilia Ferreiro no âmbito da alfabetização no Brasil. Por meio da análise da configuração textual do livro *Psicogênese da língua escrita no Brasil*, a autora conclui, com base em Mortatti (2000a), que o pensamento de Ferreiro representou uma “revolução conceitual”, na qual se desloca o foco do “como” se ensina para o “como” se aprende e que a “matriz invariante” do pensamento

¹⁷ Esse livro resulta da dissertação de mestrado da autora: Bertolletti (1997).

¹⁸ Esse livro resulta da tese de doutorado da autora: Amâncio (2000).

¹⁹ Esse livro resulta da dissertação de mestrado da autora: Mello (2003).

construtivista de Ferreiro exerceu influência em propostas e práticas de alfabetização desde os anos de 1980, no Brasil.

Na dissertação de mestrado *Theodoro de Moraes* (1877-1956): um pioneiro no ensino da leitura pelo método analítico no Brasil, Pereira (2009) tem por objetivo contribuir para a compreensão de um importante momento da história do ensino da leitura no Brasil e para a compreensão da proposta de ensino pelo método analítico defendida pelo professor paulista Theodoro de Moraes. Por meio da análise da configuração textual do livreto *A leitura analytica* (1909), do documento oficial *Como ensinar leitura e linguagem nos diversos annos do curso preliminar* (1911) e de cinco livros de leitura para crianças, a autora conclui que o professor Theodoro de Moraes foi o pioneiro na utilização e defesa do método analítico para o ensino da leitura, tendo influenciado educadores e alunos até a década de 1950, no Brasil.

Na dissertação de mestrado *O método analítico para o ensino da leitura em "Série Proença"* (1926-1928), de Antonio Firmino de Proença, Gazoli (2010) tem por objetivo compreender a proposta de ensino do professor Antonio Firmino de Proença (1880-1946), nos livros que integram a "Série de leitura Proença". Por meio da análise da configuração textual dos livros que integram essa série, a autora conclui que a proposta de concretização do método analítico para o ensino da leitura e escrita apresentada por Proença, está relacionada com outros livros de leitura publicados nas décadas iniciais do século XX, em decorrência da institucionalização desse método, no estado de São Paulo.

Na dissertação de mestrado *Série "Leituras Infantis"* (1908-1919), de Francisco Vianna, e a história do ensino da leitura no Brasil, Oriani (2010) tem por objetivo compreender a proposta de ensino apresentada pelo professor Francisco Viana (1876-1935) nos livros didáticos que integram a Série "Leituras Infantis", a saber: *Cartilha: leituras infantis* [1912?]; *Primeiros passos na leitura* (1915); *Leitura preparatória* (1908); *Primeiro livro de leituras infantis*; *Segundo livro de leituras infantis*; *Terceiro livro de leituras infantis*; e *Quarto livro de leituras infantis* (Apanhados e factos hitóricos) (1919). Por meio da análise da configuração textual dos livros que integram a Série a autora conclui que se trata de uma proposta de aplicação do método analítico para o ensino da leitura.

Na dissertação de mestrado *A série Na roça* de Renato S. Fleury, na história do ensino da leitura no Brasil, Messenberg (2012) tem por objetivo compreender a proposta do professor Renato S. Fleury y (1895-1980) para o ensino da leitura. Por meio

da análise da configuração textual da cartilha e dos três livros de leitura que integram a série *Na roça*, a autora conclui que a proposta de concretização do método misto para o ensino da leitura e escrita apresentada por Fleury contribuiu com a ruralização do ensino naquele momento histórico.

No TCC *Um estudo sobre A leitura analytica* (1896), de João Kopke, Ribeiro (2001) tem por objetivo compreender a concepção de ensino de leitura e escrita do professor João Kopke. Por meio da análise da configuração textual da versão impressa da conferência *A leitura analytica* (1896), de João Kopke, a autora concluiu que, o pensamento de Kopke sobre o ensino da leitura e escrita fundamenta-se nos princípios do método analítico.

No TCC *Um estudo sobre Cartilha Analytica, de Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925)*, Bernardes (2003) tem por objetivo compreender um momento da história da alfabetização no Brasil e compreender a importância do professor Barreto para o ensino da leitura e escrita pelo método analítico. Por meio da análise da configuração textual da *Cartilha Analytica (1909)*, elaborada pelo professor Barreto, Bernardes conclui que essa cartilha, elaborada com base no método analítico influenciou por cinco décadas os professores do ensino primário no Brasil.

No TCC *Um estudo sobre Meu livro (1909), de Theodoro de Moraes*, Pereira (2006) tem por objetivo contribuir para a história da alfabetização no Brasil e compreender o método analítico para o ensino inicial da leitura pelo educador Theodoro de Moraes. A autora, por meio da análise da configuração textual, conclui que a cartilha *Meu livro (1909)*, foi uma das primeiras cartilhas pelo método analítico para o ensino da leitura e da escrita no Brasil.

No TCC *O método analítico para o ensino da leitura em Cartilha Proença (1926), de Antonio Firminio de Proença*, Gazoli (2007) tem por objetivo compreender um importante momento da história da alfabetização no Brasil. Por meio da análise da configuração textual da *Cartilha Proença (1926)*, do professor Proença, a autora conclui que essa cartilha contribuiu para a institucionalização do método analítico defendido por professores normalistas nas décadas iniciais do século XX.

No TCC *Um estudo sobre Cartilha da Infância (188-)*, de Thomaz Galhardo, Santos (2008) tem por objetivo focalizar a proposta de ensino da leitura e escrita, proposta em *Cartilha Infância (188-)*, do professor Thomaz Galhardo, com base no método silábico. A autora conclui que “[...] Thomaz Galhardo teve uma significativa produção escrita relacionada ao ensino inicial da leitura, o que demonstra seu

compromisso e preocupação com a educação do Brasil [...]” (2008, p. 25-26). especialmente do Estado de São Paulo. (2008, p. 25-26).

No TCC *Um estudo sobre Nova Cartilha Analytico-Synthética (1916)*, de Mariano de Oliveira, Sobral (2007) tem por objetivo compreender um importante momento da história da alfabetização no Brasil. Por meio da análise da configuração textual da *Nova Cartilha Analytico-Synthética (1916)*, a autora conclui que essa cartilha “[...] conquistou espaço no cenário educacional brasileiro, devido ao esforço do autor em conciliar o então “novo” método analítico e o “tradicional” sintético para o ensino da leitura e escrita, tendo convencido defensores desses dois métodos a respeito da eficácia de sua proposta” (SOBRAL, 2008, p. 54).

No TCC *Um estudo sobre Na Roça: cartilha rural para alfabetização rápida (1935)*, de Renato Sêneca Fleury, Messenberg (2008) tem por objetivo compreender um importante momento da história da alfabetização no Brasil e compreender a proposta de ensino apresentada por Fleury. Por meio da análise da configuração textual da cartilha *Na Roça (1935)*, a autora conclui que essa cartilha “[...] foi elaborada segundo os princípios do método misto ou analítico-sintético, debatido e consentido pelos professores da época, a fim de responder a urgências sociais e políticas do país” (MESSENBURG, 2008, p. 61).

No TCC *Um estudo sobre Cartilha Infantil pelo methodo analytico [1910?]*, Carlos Alberto Gomes Cardim, Pasquim (2010) tem por objetivo compreender a proposta para esse ensino apresentada pelo professor C. A. G. Cardim (1875-1938), em *Cartilha Infantil pelo methodo analytico*, publicada pela tipografia Augusto Siqueira & Comp.(SP), presumivelmente em 1910. Por meio da análise da configuração textual dessa cartilha, a autora conclui que nessa cartilha, Cardim “concretiza” uma forma de processar o método analítico, a sentencição, por considerar a forma mais adequada para o ensino da leitura e escrita.

Além desses textos que foram sintetizados acima, resultantes de pesquisas vinculadas às linhas “História da Alfabetização” e “História do ensino de língua portuguesa” do GPHELLB, li outros, em especial, sobre o ensino da leitura e da escrita no Império brasileiro.

Dentre esses textos, destaco alguns que têm contribuído para pensar aspectos importantes da história da leitura e escrita nas décadas iniciais do século XIX. São eles: Grisi (1946); Pfromm Neto; Dib; Rosamilha (1974); Faria Filho (2003); Carvalho (2003); Hilsdorf (2001); Boto (1997); e Souza (2000).

No artigo “O ensino da leitura: o método e a cartilha”, Grisi (1946) tem por objetivo apresentar os métodos de alfabetização no Brasil. Apresenta as concepções sobre o processo de aprendizagem da leitura e as diferentes concepções de leitura, de acordo com os diferentes métodos de ensino da leitura. Grisi (1946) defende a utilização do método global, pois esse método daria condições para que a leitura fosse eficaz e promoveria “[...] a formação de bons hábitos e atitudes convenientes, susceptíveis de realizar em grau máximo de economia e excelência, o domínio da leitura inteligente e rápida” (GRISI, 1946, p. 49).

No capítulo 12, “Comunicação e expressão”, de *O livro no Brasil*, Pfromm Neto; Dib; Rosamilha (1974) têm por objetivo apresentar a história do conhecimento sobre cartilhas, gramáticas e livros didáticos que circularam, desde o século XV até 1920, e que foram utilizados amplamente pelos professores como instrumentos para ensinar a ler e escrever. Os autores afirmam que as informações sobre a trajetória desses materiais são escassas e concluem que as cartilhas representaram uma importante contribuição para a nacionalização dos métodos de ensino.

Segundo Faria Filho (2003), somente a partir dos estudos recentes sobre a história da educação é que se tornou possível pensar a educação no Império brasileiro, em especial, as ideias e as ações relacionadas à preocupação com a formação de professores, a criação das escolas de primeiras letras, as questões de método de ensino e legislações específicas para a educação foram sendo discutidas e implantadas. Com as constantes reformas e reorganização da instrução primária, “[...] a educação primária do século XIX [foi] confinada entre a desastrosa política pombalina e o florescimento da educação na era republicana” (FARIA FILHO, 2003, p.135).

Hilsdorf (2001) revisita o século XIX no artigo “Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1820-1860)” e tem por objetivo “[...] introduzir a discussão de temas da História da Educação Brasileira no Império, ligados à reconstituição mediante registros escritos da sociedade brasileira paulista na primeira metade do século XIX” (p. 69). Para tanto, a autora analisa séries documentais textuais e manuscritas (abrangendo o século XVIII, XIX e XX) do Arquivo do Estado de São Paulo, a fim de “[...] reconfigurar o conhecimento que temos do processo de escolarização da sociedade paulista das primeiras décadas do Império” (HILSDORF, 2001, p.69). Por fim destaca que,

[...] a forma escolar não nasceu pronta e acabada, mas foi avançada, testada, redefinida, flexibilizada, ou rejeitada da parte

de seus instituidores, aqueles exibindo a tendência crescente de impor estruturas educativas estandardizadas e formais, estes aprendendo o que lhes interessa e nada mais senão isso. (HILSDORF, 2001, p. 92).

Na tese de doutorado *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)*, Boto (1997) tem por objetivo o estudo da constituição da escola portuguesa na modernidade. Por meio desse estudo, a autora identifica os aspectos relacionados às práticas escolares e ao debate social e verifica como que a “sociedade” compreendia o “fenômeno da instrução”, bem como os procedimentos que foram adotados para ensino e os valores que eram disseminados por meio da educação escolar. De acordo com Boto (1997), a escola portuguesa era um “modelo de irradiação de valores” que complementava a “ação familiar”, sendo assim, a educação também é vista pelos intelectuais e literatos como meio de superar o “atraso” em relação aos aspectos econômicos, políticos e culturais no qual Portugal estava imerso. A autora conclui que, a escola primária

[...] manteve-se por todo o período estudado (1820-1910) como uma instituição voltada para a transmissão/aquisição das habilidades básicas da escrita, da leitura, do cálculo e de um determinado conjunto de valores e atitudes socialmente preconizados. (BOTO 1997, p.614).

No artigo “A construção do currículo da escola primária no Brasil”, Souza (2000) tem por objetivo compreender o processo de renovação dos programas da escola primária no Império brasileiro a partir de 1870. Para a autora, a renovação dos programas escolares contribui para ampliar o acesso e a oportunidade das camadas populares usufruírem da cultura. Por meio da análise do parecer *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública* (1883) em relação à questão dos métodos e do programa escolar, a autora conclui que, além da discussão sobre os métodos de ensino, a

[...] inovação educacional do século XIX, a prescrição do *que e como* ensinar teve um caráter instituinte à revelia das práticas e dos saberes instituídos. As transformações no ensino primário implicaram uma nova maneira de conceber e praticar o ensino. A adoção da pedagogia moderna redundou na exigência de um novo modelo de professor e trabalho docente, em uma nova organização da escola primária e no uso ampliado de materiais didáticos (SOUZA, 2000, p. 25).

Os textos sintetizados até aqui foram importantes para a sistematização de minhas reflexões sobre a história da alfabetização no Brasil. Todos são resultantes do

desenvolvimento de pesquisas históricas em educação e possibilitam o desenvolvimento de pesquisas correlatas a fim de responderem as questões ainda presentes na história da alfabetização. Portanto, não tive como objetivo, neste capítulo, apresentar o “estado da arte do conhecimento” sobre a história da alfabetização, mas destacar textos que me auxiliaram no desenvolvimento de minha pesquisa pela proximidade da temática.

CAPÍTULO 2

SILVA JARDIM NA HISTÓRIA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO

2.1 Aspectos da instrução pública primária paulista no Império brasileiro

A proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, não significou apenas o fim do domínio português e a conquista política da ex-colônia, mas sobretudo um momento importante para a circulação de ideias que possibilitaram, em décadas posteriores, novos contornos para a instrução pública.

Em toda parte, difundiu-se a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social. A idéia de uma escola nova para a formação do homem novo articulou-se com as exigências do desenvolvimento industrial e o processo de urbanização (SOUZA, 2000, p.11).

O período imperial brasileiro (1822-1889), no que se refere à educação, foi notoriamente marcado pela organização e sistematização da instrução pública, em âmbito nacional, pelos legisladores das províncias. A precariedade e as recorrentes propostas a fim de se formar um espaço destinado ao ensino na maioria das vezes não foi concretizada pelos legisladores da província.

A instrução no Brasil “[...] possibilitaria arregimentar o povo para uma participação controlada na definição dos destinos do país” (FARIA FILHO, 2003, p.137). Assim, ainda segundo Faria Filho (2003) a educação seria fundamental para que o governo pudesse indicar os caminhos a que o povo teria de percorrer e principalmente auxiliaria no controle dos conteúdos a serem ensinados às crianças.

Com a primeira *Constituição brasileira*²⁰, outorgada em 25 de março de 1824, foi prescrito em seu Artigo 170º., parágrafo XXII, “A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” (BRASIL, 1824). Embora prescrita em lei, a instrução primária continuava limitada às tentativas mal sucedidas de seus governadores, faltavam condições básicas para a sua efetivação.

Em 15 de outubro de 1827 foi aprovada a primeira lei para a educação, no Artigo 1º. estava prescrita a criação de escolas “Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1824).

O professor da “escola de primeiras letras” no período imperial era responsável por ensinar às crianças os rudimentos do ler, escrever e contar. Faria Filho (2003, p.136) enfatiza que esses rudimentos eram ensinados na “escola para os pobres”.

²⁰ *Constituição brasileira* de 1924. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em: 13 de novembro de 2012.

Além da implantação das “escolas de primeiras letras”, também estava previsto na Lei de 1824, em seu Artigo 4º., que nas escolas primárias seria utilizado o “[...] ensino mutuo nas capitaes das provincias; e o serão tambem nas cidades, villas e logares populosos dellas, em que fôr possível estabelecerem-se” (BRASIL, 1824). A obrigatoriedade do ensino mútuo, a Lei de 1824, no Artigo 6º, previa que os professores deveriam ensinar

[...] a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Cosntituição do Imperio e a Historia do Brazil (BRASIL, 1824).

Como se pode observar, a dificuldade enfrentada pelos legisladores do Império brasileiro não consistia somente na criação das “escolas de primeiras letras”, mas, sobretudo, na falta de professores.

O método de ensino mútuo, então, foi considerado uma possibilidade para o ensino da leitura e da escrita nas escolas de primeiras letras da província de São Paulo. Esse método “[...] baseava-se no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas”. Embora esses alunos tivessem papel central na efetivação desse método pedagógico, o foco não era na atividade do aluno (SAVIANI, 2006, p.16).

Ainda segundo Saviani (2006), o método mútuo desvalorizava a função docente, uma vez que os alunos desempenhavam essa função; e era pautado em uma “[...] rigorosa disciplina e a distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos num são bem amplo” (SAVIANI, 2006, p.16).

Alguns anos depois da Lei de 1824, a implantação do Ato Adicional de 1834 que representou a descentralização da instrução primária e deslocou os encargos com a instrução do Império para as províncias brasileiras, gerou mais problemas para a precária situação educacional no Império. De acordo com Vidal e Faria Filho (2005, p.49),

[...] o afastamento do governo central da difusão da escola elementar pública e diversidade da conjuntura econômica e política das várias regiões do Brasil e os custos com os quadros murais, sólidos para geometria, bancos e mesas para todos os alunos, ponteiros e estrados para os monitores, campainhas e matracas para os sinais sonoros, caixas de areia para a escrita,

ardósias e quadros-negros, além de cartões de perdões e penas— talvez tenham sido algumas das razões de seu declínio já nos anos de 1840 e de sua progressiva associação com o ensino simultâneo (método misto) ou de substituição pelo ensino individual.

O Ato Adicional de 1834 mostrava o “[...] descompromisso do governo central com a manutenção da instrução popular” (SAVIANI, 2006, p.28). Com o deslocamento da instrução primária e secundária do poder central para as províncias, a situação precária em que estava a educação se agravou. A população continuava sem aprender a ler e a escrever, uma vez que não havia um local destinado à formação de professores.

De acordo com Faria Filho (2003) é no Império brasileiro que a ideia de escola brasileira vai se configurando como um espaço da minoria, do povo, e principalmente como:

[...] instituição escolar, primeiro como responsável pela instrução e, posteriormente, como agente central em toda a educação da infância, foi-se lentamente substituindo a “escola de primeiras letras” pela “instrução elementar” [...] Nessa perspectiva a instrução elementar articula-se não apenas com a necessidade de se generalizar o acesso às primeiras letras, mas também com um conjunto de outros conhecimentos e valores necessários à inserção, mesmo que de forma muito desigual, dos pobres à vida social (FARIA FILHO, 2003, p. 139).

Embora o discurso fosse pela modernização da nação por meio da educação, a falta de recursos e de professores era um entrave à execução das reformas educacionais. Essas reformas em prol da organização da instrução primária no Império

[...] visavam principalmente ampliar o programa de ensino das escolas elementares, estender a formação por mais tempo, estabelecer novas condições do ensino, assim como estabelecer melhores condições para o magistério, como remuneração e aposentadoria, além de definir exigências para o ingresso na profissão, regulamentando provas e concursos de acessos e os requisitos mínimos para os candidatos (CAMPOS, 1990, p. 6).

Quanto à falta de professores, apenas com a criação, em 1835, da primeira Escola Normal em Niterói (RJ) e, em 1846, da Escola Normal de São Paulo na província de São Paulo²¹ é que se inicia de forma mais sistematizada a história da formação de professores no Brasil e das questões sobre o ensino da leitura e métodos de

²¹ Tratarei sobre a história dessa instituição no tópico 2.1, desta dissertação.

ensino. Embora inicialmente marcada pela irregularidade quanto ao funcionamento e à frequência de seus alunos, as escolas de formação de professores

[...] não teve condições de corresponder às expectativas pela falta de verbas, de professores, de um prédio próprio para a Escola Normal de São Paulo, de incentivos para a profissão, e pelo entrave dos valores vigentes, que impediam uma maior abertura no tipo de formação oferecida aos futuros mestres. Outro fator que dificultava os avanços no ensino residia, certamente, na centralização do poder em mãos do presidente, que eram nomeados pelo poder central, não tendo assim condições muitas vezes de levar avante as reformas cujas proposições que eram vetadas ou relegadas a segundo plano pelos sucessores. (CAMPOS, 1990, p. 9).

Além das preocupações e dos entraves de ordem política e econômica quanto à formação de professores, outros debates começaram a ocorrer, principalmente, sobre a “organização escolar”, que se tornou:

Desde a segunda metade do século XIX, a questão política da educação popular envolveu, em todo o Ocidente, a discussão sobre a organização administrativa e didático-pedagógica do ensino primário. Tratou-se de definir as finalidades da escola primária e os meios de sua universalização. Esse processo implicou debates acerca da democratização da cultura e da função política da escola nas sociedades modernas. Dessa forma, a discussão sobre o conteúdo da escolarização popular tornou-se uma temática central e oscilou em decorrência de diferentes interesses políticos, ideológicos, religiosos, sociais, econômicos e culturais (SOUZA, 2000, p.9).

2.2 Aspectos da Escola Normal de São Paulo no Império brasileiro (1822-1889)

Considerando a classificação utilizada por grande parte dos pesquisadores da História da educação brasileira, apresentarei ao longo deste tópico, aspectos relativos às três fases da Escola Normal de São Paulo²², que correspondem ao seu funcionamento nos seguintes períodos: 1846 a 1867 (Criação); 1875 a 1878 (Reabertura); e 1880 a 1890 (Reforma). Ressalto que, com relação à terceira fase da Escola Normal de São Paulo, destacarei até o período em que Silva Jardim lecionou nessa instituição.

²² A Escola Normal de São Paulo teve diferentes denominações: “Escola Normal da Capital”, “Escola Normal Secundária”, “Escola Normal da Praça”. Em 1911, a Escola Normal da Capital passou, pela Lei n. 1341 de 16-12, à denominação de Escola Normal Secundária. A respeito da história dessa escola, ver, especialmente, o trabalho pioneiro de Tanuri (1979), Hilsdorf (2008). Reis Filho (1995) e Dias (2002, 2008).

Segundo Reis Filho (1995), pela necessidade de ensinar a ler e a escrever as crianças do Império e pela ausência de professores para a concretização desse anseio, foi criada em 16 de novembro de 1846, em cumprimento a Lei nº 34, de 16 de março desse ano, a Escola Normal de São Paulo, cujo objetivo principal era o de formar professores primários para o ensino das primeiras letras. Contando com apenas com um professor, a Escola Normal de São Paulo era exclusivamente para o sexo masculino. Depois de dois anos de estudos, os alunos seriam considerados professores primários.

Com relação ao conteúdo que os alunos normalistas aprenderiam para depois poderem ensinar nas “escolas de primeiras letras”, de acordo com Reis Filho (1995, p.150), eram ministradas disciplinas, tais como: “Lógica, Gramática, Língua Nacional, Aritmética, Geometria Prática, Caligrafia, Doutrina Cristã e Métodos e Processos de Ensino”, as quais, segundo o autor, eram disciplinas que “[...] o professor deveria ensinar na escola primária. Tratava-se de um curso de continuação ao ensino elementar, representando nada mais do que seu aprofundamento” (REIS FILHO, 1995, p.150).

A Escola Normal de São Paulo não conseguia desempenhar sua real função concernente à formação de professores no Império e foi fechada em 1867 e somente depois de oito anos foi reaberta. Segundo Reis Filho (1995),

[...] em fevereiro de 1875, com ata e discurso, foi inaugurada a segunda Escola Normal de São Paulo, criada no ano anterior pela Lei nº. 9, de fevereiro de. Foi instalada no Edifício da Faculdade de Direito. Era um curso de dois anos e, como a primeira Escola Normal de São Paulo, só para homens (REIS FILHO, 1995, p.150).

Na primeira fase, essa instituição contava com duas cadeiras e um curso apenas para homens. Em 1876, um ano após sua reabertura, houve algumas alterações, tais como: quatro cadeiras; e a instalação da seção feminina no Seminário da Glória. As cadeiras eram as seguintes: 1ª. Cadeira: “Língua Nacional e aritmética” – Professor Doutor Melquíades da Boa Morte Trigueiro²³; 2ª. Cadeira: “Francês, metódica e pedagogia” – Professor Doutor João Bernardes da Silva²⁴; 3ª. Cadeira “Cosmografia e

²³ Melquíades da Boa Morte Trigueiro bacharelou-se em Direito pela Academia de Direito de São Paulo, em 1868. No âmbito de sua atuação profissional: atuou como professor da Escola Normal de São Paulo, entre 1876 e 1877; foi diretor da Escola Americana da Província de São Paulo, entre 1878 e 1881; foi diretor, em 1883, do Colégio Culto à Ciência, de Campinas-SP; e atuou como professor de um colégio particular de propriedade de Ernesto Vaz (DIAS, 2002). As datas e locais de nascimento e morte de Melquíades da Boa Morte Trigueiro não foram localizadas até o momento da redação final desta dissertação.

²⁴ Até o momento da redação final desta dissertação, as únicas informações que pude localizar sobre João Bernardes da Silva foram: bacharelou-se em Direito pela Academia de Direito de São Paulo, em 1867; em

geografia, especialmente do Brasil” – Professor Doutor Américo de Ferreira de Abreu²⁵; e 4ª. Cadeira “História Sagrada e Universal e Noções Gerais da Lógica Professor Doutor Antônio Augusto de Bulhões Jardim²⁶ (REIS FILHO, 1995, p. 151).

Além das modificações ocorridas quando da reabertura da Escola Normal de São Paulo, em 1877 “[...] são instaladas duas escolas primárias anexas, para que alunos de ambos os sexos nelas possam praticar metodologia. Neste caso, a preocupação do governo é apenas a de instalar” (BAUAB, 1972, p. 23).

Em 1878, a Escola Normal de São Paulo foi fechada novamente. Segundo Reis Filho (1995, p.151), embora tenha ocorrido um aumento do número de alunos matriculados e formados pela Escola Normal de São Paulo, esses motivos não foram suficientes para mantê-la aberta devido às dificuldades financeiras pelas quais essa escola passava.

Passados dois anos do fechamento da Escola Normal de São Paulo, foi “[...] reaberta pelo presidente da província Laurindo Abelardo de Brito, liberal e ex-aluno da escola, a sancionar em 25 de abril de 1880, como lei nº. 130, o projeto apresentado por Inglês de Souza, um deputado de seu partido” (HILSDORF, 2008, p.6). Essa instituição de ensino “[...] deu origem ao atual Instituto de Educação ‘Caetano de Campos’, da Praça da República” (REIS FILHO, 1995, p.151).

A reabertura da Escola Normal de São Paulo representou uma tentativa de reorganização de forma sistemática de muitos dos anseios previstos com a criação dessa instituição em 1846. Segundo Reis Filho (1995), a organização dessa instituição era mais complexa que a anterior, pois nela havia um diretor “[...] subordinado diretamente ao Presidente da Província, possuía cinco cadeiras, distribuídas em três anos de curso” (p.151).

1877; ele foi nomeado professor interino da 1ª. Cadeiras da Escola Normal de São Paulo de São Paulo e, em 1878, foi nomeado professor da 2ª. Cadeiras dessa instituição; e, em 1879, passou a atuar como juiz de Direito. (DIAS, 2002).

²⁵ Américo Ferreira de Abreu nasceu 1831 e bacharelou-se em Direito pela Academia de Direito de São Paulo, em 1858. No âmbito de sua atuação profissional, Américo Ferreira de Abreu foi professor interino da 2ª. Cadeiras da Escola Normal de São Paulo de São Paulo, em 1875, e foi examinador de professores de primeiras letras. Américo Ferreira de Abreu morreu em 1911 (PEREIRA, 2013). Até o momento da redação final desta dissertação, não foi possível localizar informações sobre o local de nascimento e morte de Américo Ferreira de Abreu.

²⁶ Antonio Augusto Bulhões Jardim nasceu em 1852 e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Direito de São Paulo, em 1873. No ano de 1877, recebeu o título de doutor. No âmbito de sua atuação profissional, Antonio Augusto Bulhões Jardim: em foi nomeado, em 1876, professor interino da 4ª. Cadeiras da Escola Normal de São Paulo de São Paulo; em 1878, foi nomeado Secretário interino da Escola Normal de São Paulo de São Paulo; e foi Deputado da Assembléia Provincial de Goiás (PEREIRA, 2013).

Em 30 de junho de 1880, o *Regulamento de 1880...* foi aprovado e, de acordo com ele, a finalidade da Escola Normal de São Paulo era “habilitar”, gratuitamente, “[...] pessoas que se destinam ao magisterio publico primario” (SÃO PAULO, 1880, p. 3).

Quanto a formação “prática” do futuro professor primário, ocorria no 3º. ano, em que os alunos da Escola Normal deveriam aprender “[...] a conveniente aplicação das regras que devem ser observadas na pratica dos methodos” (SÃO PAULO, 1880, p. 6) nas aulas anexas à Escola Normal de São Paulo, uma vez por semana, sob a direção do professor da Cadeira de Pedagogia e do professor da Aula Anexa, de acordo com o Artigo 6º. do *Regulamento de 1880...*

O capítulo X, Artigo 120º. Ao 133º. do *Regulamento de 1880...* “Das aulas annexas”, prescrevia o funcionamento de “[...] duas aulas destinadas a servir de curso de preparatórios a habilitar os alunos na pratica da regência das cadeiras” (SÃO PAULO, 1880, p. 27). De acordo com o Artigo 121, esse ensino prático ocorreria nas duas aulas anexas (seção masculina e feminina), que eram parte integrante da Escola Normal e eram fiscalizadas pelo Diretor da Escola Normal de São Paulo.

O curso primário anexo à Escola Normal de São Paulo era dividido em duas seções, uma feminina e outra masculina. No curso primário as crianças da província aprendiam os rudimentos do ler, escrever e contar.

Bauab (1972) enfatiza a atuação de Silva Jardim como professor da “Aula Anexa”, uma vez que ele colaborou para a “renovação dos métodos didáticos” e para um modo de pensar o ensino da leitura e escrita, por meio de um novo e revolucionário método da leitura, o método da palavração²⁷ concretizado na *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura*²⁸, de João de Deus²⁹. Principalmente num momento histórico educacional marcado pela utilização do

[...] método greco-romano de iniciar o ensino da leitura pela aprendizagem das letras do alfabeto, seguida toda a combinação silábica possível, as lições de Silva Jardim representavam de

²⁷ O método da palavração “[...] inicia-se esse ensino com palavras, que depois são divididas em sílabas e letras” (MORTATTI, 2004, p.123).

²⁸ A *Cartilha Maternal ou arte da leitura* foi escrita pelo poeta, pedagogo e republicano João de Deus (1830-1896) e publicada, em 1876, em Portugal.

²⁹ João de Deus nasceu em São Bartolomeu de Messines no Algarve, Portugal, em 8 de Março de 1830 e morreu em Lisboa em 11 de Janeiro de 1896. Estudou Direito na Universidade de Coimbra entre 1849 e 1859. Foi poeta e tinha Antero de Quental como amigo. Autor da *Cartilha maternal ou arte da leitura* que se baseava no método da palavração (BRAGA, s.d). Ver mais detalhadamente no Capítulo 4 desta dissertação.

fato o ‘alvorecer da didática’ em São Paulo, como a elas se refere João Lourenço Rodrigues (REIS FILHO, 1995, p.154).

Nessa nova conjuntura da Escola Normal de São Paulo, ocupavam cada uma das cinco Cadeiras, os seguintes professores: Doutor Vicente Mamede de Freitas³⁰ – 1ª. Cadeira: “Gramática e Língua Nacional”; 2ª. Cadeira “Aritmética e Geometria”– Professor Doutor “Godofredo José Furtado³¹”; 3ª. Cadeira: “História e Geografia”– Professor Doutor José Estácio Correia de Sá e Benevides³²; e 4ª. Cadeira “Pedagogia e Metodologia”– Professor Doutor Inácio Soares Bulhões Jardim; e 5ª. Cadeira: “Francês, Física e Química”– Professor Doutor Paulo Bourroul³³ (REIS FILHO, 1995, p.152).

Com a reabertura da Escola Normal de São Paulo em 1880 houve as seguintes mudanças: o curso foi ampliado para três anos; as aulas que antes eram destinadas apenas ao sexo masculino passaram a ser “mistas”; a criação do curso preparatório anexo, com uma classe destinada para os homens e outra para as mulheres (REIS FILHO, 1995, p.153).

³⁰ Vicente Mamede de Freitas: Nascido em São Paulo, 1836, Vicente Mamede de Freitas bacharelou-se em Direito em 1855, pela Academia de Direito de São Paulo. No ano de 1856, passou a dirigir o Colégio Culto à Ciência, em Campinas-SP. Nesse mesmo período, fundou um colégio na cidade de São Paulo. No ano de 1859, defendeu uma tese na área do Direito, pela qual recebeu o título de Doutor. Em 1860, atuou como promotor público e, entre 1864 e 1866, atuou como Deputado da Assembleia Provincial de São Paulo. Entre os anos de 1880 e 1882, Vicente Mamede de Freitas foi Diretor da Escola Normal de São Paulo de São Paulo e Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo. Após sua atuação na Escola Normal de São Paulo de São Paulo, no ano de 1882, foi aprovado em concurso para o cargo de lente substituto da Academia de Direito de São Paulo, passando, em 1887, ao cargo de lente catedrático. Ainda no âmbito de sua atuação junto a Academia de Direito de São Paulo, foi nomeado, em 1902, vice-diretor dessa instituição, e, em 1904, diretor. Vicente Mamede morreu em São Paulo, em 1908. (FACULDADE..., s.d.)

³¹ Godofredo José Furtado: Nascido em Godofredo Furtado: Nascido em 9 de junho de 1851 em Caxias. Foi professor da cadeira de Matemática da Escola Normal de São Paulo. (POLIANTEIA, 1946).

³² José Estácio Correia de Sá e Benevides: Nascido em 1856, em São Paulo, José Estácio Correia de Sá e Benevides diplomou-se, em 1878, pela Escola Normal de São Paulo e, em 1879, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Direito de São Paulo. No ano de 1880, foi nomeado professor interino da 3ª. Cadeiras da Escola Normal de São Paulo de São Paulo e, entre 1884 e 1887, foi diretor da Escola Normal de São Paulo de São Paulo. José Estácio Correia de Sá e Benevides morreu em São Paulo, em 1914. (POLIANTEIA, 1946; PEREIRA, 2013)

³³ Paulo Bourroul: Nascido em Nice, em 1855, Paulo Bourroul fez os estudos elementares no Brasil e depois diplomou-se médico em Bruxelas-Bélgica, na década de 1870. Em 1879, voltou a residir no Brasil, quando prestou o Exame de Proficiência da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No ano seguinte, 1880, foi nomeado professor interino da 2ª. Cadeiras da Escola Normal de São Paulo de São Paulo, porém, com a recusa do professor convidado para atuar junto a 5ª. Cadeiras (Francês, Física e Química) da Escola Normal de São Paulo de São Paulo, Paulo Bourroul assumiu o cargo de professor efetivo dessa Cadeiras. Paulo Bourroul atuou como professora da 5ª. Cadeiras da Escola Normal de São Paulo de São Paulo até o ano de 1882, quando foi nomeado professor substituto da Academia de Direito de São Paulo. Também no ano de 1882, Paulo Bourroul foi nomeado diretor da Escola Normal de São Paulo de São Paulo, cargo que ocupou até 1884. Paulo Bourroul morreu no ano de 1941, aos 86 anos, em São Paulo. (POLIANTEIA, 1943; PESTANA, 2011).

Ainda, segundo Reis Filho (1995), a Escola Normal de São Paulo de 1880 passou a

[...] desempenhar papel de relativa importância da inovação dos processos de ensino. A ampliação de seu plano de ensino, enriquecido com um elenco de matérias científicas e com três anos de duração [que] possibilitava uma melhor formação geral ou propedêutica do futuro professor primário (p.152).

Segundo Reis Filho (1995, p.152), com a reorganização dessa instituição, foi dada ênfase à “inovação dos processos de ensino” e “[...] a atuação de alguns professores renovava em suas disciplinas os métodos de ensino. É o caso de Silva Jardim”. A esse respeito, Hilsdorf (2008, p.93), ressalta que, a partir da

[...] década de 1880, de abertura do país às inovações pedagógicas que eram associadas na Europa e nas Américas à educação escolar atualizada, representadas aqui, entre outras aqui, entre outras, pela inclusão das matérias científicas e a adoção e adoção do método intuitivo.

Com a modificação proposta pela Lei n.59 de abril de 1884, a Escola Normal de São Paulo passou a ter seis cadeiras de ensino, dentre as quais a cadeira de ensino ocupada por Silva Jardim. São elas: “1ª. Grammatica e Lingua Nacional”- Antonio da Silva Jardim³⁴; “2ª. Arithmetica e geometria” – Godofredo José Furtado; “3ª. Elementos de Cosmographia, Geografia e Historia”; “4ª. Pedagogia, methodologia e instrução religiosa”- Antonio da Silva Jardim (substituto interino em 1884) - Manoel José Trancoso da Lapa; “5ª. Noções de physica e Chimica”- Cypriano José de Carvalho; e “6ª. Grammatica e Lingua Franceza”- Arthur Gomes; Carlos Marcondes de Toledo Lessa” (SÃO PAULO, 1884).

A primeira Cadeira de “Grammatica e Lingua Nacional” foi ocupada por Silva Jardim em 1884, somente passou assim ser chamada com a alteração da Lei n. 59, de abril de 1884, que modificou o Artigo 5. do *Regulamento de 1880...* da Escola Normal de São Paulo .

Silva Jardim permaneceu como professor da Primeira “Grammatica e Lingua Nacional” até o ano de 1885, quando se mudou para cidade de Santos/SP em virtude dos falecimentos de sua filha e de seu sogro. Segundo D’Avila (1946), o sucessor de

³⁴ No Capítulo 3 desta dissertação tratarei especificamente dos aspectos da formação e atuação de Silva Jardim.

Silva Jardim foi professor Júlio Ribeiro³⁵, que passou a ocupar a cadeira de “Grammatica e Lingua Nacional”, porém, D’Avila (1946) citando as palavras de João Lourenço Rodrigues, destaca que

[...] Júlio Ribeiro ‘não tinha os mesmos dotes didáticos do seu antecessor. Em vez de manter as aulas práticas que Silva Jardim estabelecera com tantos resultados, Júlio Ribeiro seguiu o sistema já em si condenável. Sua exposição era prolixa, desordenada, cortada de divagações sobre assuntos estranhos à aula’ (1946, p.93)

Segundo Bauab (1972) com o pedido de licença de Ignácio Soares Bulhões Jardim, no dia 4 de junho de 1884, que ocupava a 4ª. Cadeira “Pedagogia, methodologia e instrução religiosa”. Silva Jardim passa a ocupar essa cadeira como professor substituto interino até a saída definitiva de Ignácio S. Bulhões Jardim.

Segundo Valdemarin (2004), o método de ensino intuitivo estava diretamente relacionado à observação e a ideia de que a escola deveria ensinar os conteúdos vinculados ao cotidiano das crianças, ou seja, os elementos da realidade do aluno eram trazidos para os exercícios da sala de aula. Tal método pode ser percebido nos exercícios que Silva Jardim propunha para o ensino da leitura e escrita, que apresentarei de forma detalhada no Capítulo 4 desta dissertação.

A respeito desse método, Valdemarin (2008) ressalta que o manual *Primeiras lições de Coisas*, de Calkins, foi um

[...] marco significativo da tentativa de implantar o método de ensino intuitivo no ensino brasileiro, que remonta ao decênio de 1880, expressa a pretensão de adotar um método didático consoante com a renovação pedagógica em curso na Europa e nos Estados Unidos da América, cujos efeitos poderiam ser irradiados para toda a sociedade, implementando as transformações sociais, políticas e econômicas almejadas nas últimas décadas do Império. (p.89-90).

Embora o método intuitivo somente tenha se tornado oficial com a Reforma “Caetano de Campos”, em 1890, pode-se observar que Silva Jardim já apontava os benefícios desse método para o desenvolvimento mental das crianças. Além disso, Silva Jardim ressaltava a importância da função do professor no âmbito do ensino pelo

³⁵ Júlio César Ribeiro Vaughan nasceu no dia 16 de abril de 1845 em Sabará (MG) e faleceu no dia 1º de novembro de 1890 em Santos (SP). Foi professor na Escola Normal de São Paulo e ocupou a Cadeiras de Latim no Curso Anexo da Faculdade de Direito. Além disso, teve publicado o livro *Grammatica portugueza* (1881) (POLIANTEIA, 1946).

método intuitivo, pois, segundo ele, o professor bem preparado poderia melhor desenvolver exercícios e atividades, de acordo com as necessidades de seus alunos.

CAPÍTULO 3

ANTONIO DA SILVA JARDIM: UM HOMEM DE MÚLTIPLAS FACES

3.1 Aspectos da vida, formação e atuação profissional

Antonio da Silva Jardim nasceu durante o período Imperial³⁶ brasileiro, no dia 16 de agosto de 1860, na cidade de Capivari (RJ), atual município de Silva Jardim³⁷.

Filho de Gabriel da Silva Jardim³⁸ e de Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim ambos eram “[...] pequenos lavradores na então província do Rio de Janeiro” (LEÃO, 1895, p. 4), Silva Jardim teve contato com as primeiras letras na infância. Seu pai, Gabriel da Silva Jardim, era professor de primeiras letras e ensinava os rudimentos da leitura e da escrita em sua própria casa. E, conforme apontam seus biógrafos, Silva Jardim, por ter desenvolvido o gosto pelos estudos, aos 11 de idade já ensinava os colegas de classe quando na ausência de seu pai.

Ainda durante sua infância, apesar das dificuldades econômicas pelas quais o seu pai passava, Silva Jardim, por ser um aluno muito dedicado, “[...] foi para Niterói fazer os estudos secundários. Ali contraiu varíola benigna, que lhe deixou marcas no rosto por toda vida. Após a cura, retomou os estudos no colégio secundário Silva Pontes [...]” (GUZZO, 2003, p.12).

Em 1874, com 14 anos, Silva Jardim foi estudar no Colégio Mosteiro de São Bento³⁹, em Niterói (RJ), onde recebeu a educação católica. No ano seguinte, em 1875, estudou no Externato “Jasper”⁴⁰, enfrentando dificuldades financeiras que ameaçavam sua permanência nessa instituição. Por esse motivo, a fim de complementar a renda familiar e pagar as despesas com seus estudos, Silva Jardim auxiliou o ex-professor

³⁶ O No Brasil, Império é “[...] o período compreendido entre a independência em 1822 e a proclamação da República, em 1889 [...] O Império foi, portanto, a materialização de um projeto político que, na sua gênese, sequer rompia o estatuto colonial do Brasil, embora o colocasse em posição estratégica no mundo ultramarino português” (VAINFAS, 2008, p.358).

³⁷ No dia 09 de agosto de 2010, o município de Silva Jardim comemorou o sesquicentenário de nascimento de seu patrono. E, durante as comemorações foram organizadas exposições e premiação dos vencedores dos projetos “Meu bairro” e “História da minha cidade”. Ainda teve premiação das melhores redações sobre “Os republicanos”. Disponível em: http://www.silvajardim.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=95&Itemid=2. Acesso em: 30 de set.2012.

³⁸ Gabriel Jardim “[...] nascido em 2 de julho de 1841, casou-se aos 18 annos, entregando-se aos misteres ruraes até 1865, em que por instancia de amigos fundou uma escola particular, que aproveitou á infancia de Silva Jardim” (LEÃO, 1895, p.5).

³⁹ O Colégio de São Bento foi fundado pelos monges do mosteiro de São Bento, em 1858. Trata-se de ma instituição educativa católica beneditina para meninos. Disponível em: <http://www.osb.or.br/mosteiro/index.php>. Acesso em: 22 de novembro de 2012.

⁴⁰ Não localizei informações, até o momento, sobre essa instituição.

Jasper L. Harben⁴¹ nas aulas particulares de inglês que eram ministradas por esse professor (GUZZO, 2003, p.13).

Entre 1875 e 1878, Silva Jardim iniciou os estudos preparatórios para o curso de Direito no Rio de Janeiro (RJ) e teve como colega o poeta Raimundo Corrêa⁴². No ano de 1878, mudou-se para São Paulo e ingressou com 18 anos incompletos na Faculdade de Direito de São Paulo (SP). Nesse período Silva Jardim

[...] fez parte da Bucha⁴³ quando estudante, tendo mesmo servido de intermediário entre ela e a Maçonaria, juntamente com Teófilo Dias. Daí os elogios que recebeu do ‘bucheiro’ Rangel Pestana [...] Como todos de sua geração, contudo, sofreu influência das variadas sociedades secretas então atuantes nos meios acadêmicos, que se refletiram mais tarde em sua atividades propagandística (LIMA, 1987, p.46).

O ingresso na Faculdade de Direito de São Paulo representou um marco na trajetória intelectual de Silva Jardim, pois, além de confirmar sua notável capacidade e inteligência para os estudos, seu ingresso na vida acadêmica contribuiu para definir seu perfil ideológico e político. Segundo Fernandes (2008, p.16), a estadia de Silva Jardim nessa instituição

[...] foi de fundamental importância para sua formação, não só pela aprendizagem acadêmica propriamente dita, mas, principalmente pela inserção que conseguiu junto à **elite intelectual e política do país** [...] (grifos meus).

Foi também no clima da vida acadêmica que Silva Jardim conheceu e aderiu aos preceitos do Positivismo de Auguste Comte⁴⁴. Inicialmente, Silva Jardim esteve vinculado aos positivistas ortodoxos que “[...] queriam um presidente forte, um cérebro ativo na chefia do Estado” (BOSI, 1992, p.237), porém, algumas tensões de ordem

⁴¹ Jasper L. Harber foi diretor do Externado “Jasper” e autor do livro *Prosódia Inglesa: novo methodo para aprender a pronunciar e fallar com facilidade todas as palavras da lingua ingleza*, publicado em 1878. (REVISTA ILUSTRADA, 1878, p.7).

⁴² Raimundo Corrêa nasceu em 13 de maio de 1859 no Maranhão e morreu em 13 de setembro de 1911 em Paris. Mais informações disponíveis em: <http://www.osb.org.br/mosteiro/index.php>. Acesso em: 9 de agosto de 2012.

⁴³ Entre 1828 e 1832, foi fundada a “Burschenschaft”, por Júlio Frank. A Bucha, como ficou conhecida tinha como integrantes alguns estudantes do Curso Anexo da Academia de Direito. Essa sociedade de jovens era um tipo de maçonaria “secreto, liberal e filantrópica” em prol das ideias liberais e republicanas. Além auxiliava no pagamento de despesas dos estudos de alunos mais pobres. (MONTROYAMA, 2006, p.75)

⁴⁴ Isidore- Auguste-Marie Xavier Comte nasceu em Montpellier em 19 de janeiro de 1789 e faleceu em Paris no dia 5 de setembro de 1857. A essência do pensamento comtiano é a “humanidade, ciência, síntese e fé”. (RIBEIRO, 1988, p.8)

política e social o fizeram o fizeram optar pelas ideias do Evolucionismo⁴⁵ que, assim como ele, defendiam “reformas espontâneas, lentas e graduais” (BOSI, 1992, p. 237).

O período em que Silva Jardim permaneceu na Faculdade de Direito de São Paulo contribuiu para sua formação intelectual. Os autores preferidos de Silva Jardim foram Luciano Cordeiro⁴⁶, Sainte-Beuve⁴⁷, Planche⁴⁸, Taine⁴⁹ e Teófilo Braga⁵⁰. (LIMA, 1987, p.41).

Apesar do seu temperamento intempestivo e contrário ao regime monárquico que, segundo ele, era um entrave para a modernização do país e causa primária de seu atraso, Silva Jardim conquistou amizades importantes (LEÃO, 1884). Com espírito

⁴⁵ Como se sabe, o Evolucionismo é uma corrente filosófica que se desenvolveu na Europa, ao longo do século XIX, a partir dos estudos de Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829) e Charles Darwin (1809-1882). Embora haja diferentes vertentes do Evolucionismo, todas elas partem do princípio de que a evolução (adaptação às alterações ocorridas no meio ambiente) é uma condição natural de todos os seres. Além de Darwin e Lamarck, outros importantes representantes do Evolucionismo foram: Hebert Spencer (1820-1903) e Teilhard de Chardin (1881-1955) (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008).

⁴⁶ Luciano Baptista Cordeiro de Sousa: Nascido em Mirandela-Portugal, em 1844, Luciano Cordeiro, como ficou conhecido, foi um importante escritor, historiador e geógrafo português. Em 1867, diplomou-se em Letras, pelo Curso Superior de Letras de Lisboa. Concomitantemente a sua formação, serviu à marinha portuguesa, o que lhe rendeu, após sua diplomação, a indicação, pelo Ministério de Guerra de Portugal, ao cargo de professor de Literatura e Filosofia do Real Colégio Militar de Portugal. Ao longo de sua atuação profissional, além de ter lecionado nesse Colégio, Luciano Cordeiro: fundou, em 1876, a Sociedade de Geografia de Lisboa; foi deputado, entre 1882 e 1884; e proferiu palestras em países da Europa e da África. Aos 56 anos de idade, Luciano Cordeiro faleceu em 1900, em Lisboa. (MACHADO, 1891).

⁴⁷ Charles Augustin Sainte-Beuve: nascido em Bolonha-França, em 1804, Sainte-Beuve consagrou-se como escritor e estudioso da literatura francesa. Diplomado médico pela Escola de Medicina de Paris, Sainte-Beuve não seguiu a carreira médica. Logo após se diplomar, passou a atuar no jornal parisiense *Le Globe*, onde conheceu, dentre outros, o escritor Victor Hugo. A partir de sua experiência profissional nesse jornal, Sainte-Beuve passou a escrever romances, poemas e estudos de crítica literária. No âmbito de sua produção, o livro de crítica *Port-Royal*, publicado entre 1840 e 1859, em cinco volumes, é um dos mais conhecidos e estudados pelos estudiosos da crítica literária francesa. Sainte-Beuve morreu em Paris, em 1869. (ENCYCLOPÉDIE..., s.d).

⁴⁸ Não localizei informações sobre esse autor.

⁴⁹ Hippolyte Adolphe Taine: Nascido em Vouziers-França, em 1828, Hippolyte Taine foi um dos membros da Academia Francesa, tendo se destacado no âmbito de sua atuação profissional como crítico e historiador francês. Diplomado pela Escola Normal de Paris, em 1848, Hippolyte Taine atuou como professor da Escola de Belas-Artes de Paris e escreveu um conjunto significativo de livros sobre história e crítica da literatura francesa. No âmbito de sua atuação profissional, Hippolyte Taine ficou conhecido como um importante disseminador do Positivismo na França. Aos 65 anos de idade, Hippolyte Taine morreu em Paris, em 1893. (LAROUSSE, s.d.).

⁵⁰ Joaquim Teófilo Fernandes Braga: Nascido em Ponta-Delgada-Portugal, em 1843, Teófilo Braga, como ficou conhecido, diplomou-se bacharel em Direito, em 1867, e doutorou-se também em Direito, em 1868. No âmbito de sua atuação profissional, Teófilo Braga exerceu o cargo de professor do Curso Superior de Letras de Lisboa, onde tomou contato mais direto com as ideias do Positivismo de Auguste Comte. Além de atuar como professor, Teófilo Braga também atuou como colaborador de jornais portuguesa, escreveu livros literários e livros sobre história e crítica da literatura europeia. Teófilo Braga morreu em Lisboa, em 1924, aos 81 anos de idade. (PORTUGUAL, s.d.)

combativo, Silva Jardim escreveu, juntamente com o poeta Valentim Magalhães⁵¹, os folhetos *Idéias de moço* e *Crítica escada abaixo*, nos quais expuseram seus ideais republicanos e críticas aos monarquistas; e o folheto intitulado *O General Osório*⁵², no qual fazem uma homenagem póstuma a esse general.

Em 1878, quando cursava o primeiro ano de faculdade, Silva Jardim conheceu Ana Margarida de Andrada, filha de Martim Francisco Ribeiro de Andrada⁵³, que era conselheiro e professor de Direito Eclesiástico, da Faculdade de Direito de São Paulo.

O namoro de Silva Jardim com a filha do Conselheiro Andrada possibilitou ampliar ainda mais seu círculo de amizades e, por esse motivo, conheceu o professor Inglês de Sousa⁵⁴. O estabelecimento de uma relação de amizade com essa importante figura da época rendeu a Silva Jardim algumas ascensões importantes, como, por exemplo, sua nomeação, no dia 2 de agosto de 1880, para secretário e professor da aula primária do sexo masculino à Escola Normal anexa à Escola Normal de São Paulo (SP) e convidado a ser redator do jornal *Tribuna liberal*⁵⁵ de São Paulo.

A atuação de Silva Jardim como secretário da Escola Normal e como professor do Curso Primário Anexo a essa instituição contribuiu para suas aspirações e propósitos em prol da modernização da educação do Brasil. Nessa instituição, era responsável por formar professores primários para o ensino da leitura e da escrita; estava aí a possibilidade de combater o analfabetismo no país. (MORTATTI, 2000a).

Como professor da seção masculina do Curso Primário Anexo à Escola Normal, Silva Jardim, motivado pelas inovações educacionais da época,

[...] tornou-se partidário da cartilha de João de Deus, que se ajustava às suas concepções positivas. O livro ensinava a ler pelo método da palavração, isto é, não por meio de sílabas, nem soletrando, e sim logo através de palavras completas, das mais simples às mais complexas. (QUEIROZ, 1967, p. 50).

⁵¹ Antônio Valentim da Costa Magalhães nasceu no dia 16 de janeiro de 1859 e faleceu no dia 17 de maio de 1903. Bacharelou-se em Direito pela Academia de Direito de São Paulo em 1881. Foi poeta, romancista, dramaturgo, crítico e jornalista brasileiro (BEHAR, 1987).

⁵² O folheto *O General Osório* foi comercializado e todo dinheiro arrecado com sua venda seria destinado à construção de um monumento em homenagem ao falecido General Osório. Essa informação foi extraída do jornal *A constituinte*, publicado em São Paulo, em 1879.

⁵³ Martim Francisco Ribeiro de Andrada diplomou-se em filosofias e matemáticas, na Universidade de Coimbra (Portugal). Em 1821 inicia sua carreira política como secretário do governo provisório de São Paulo. Em 1822 foi ministro da fazenda. Em 1823 foi eleito como deputado de sua província para a Assembleia Constituinte de 1823. Faleceu em 1844. (VAINFAS, 2008, p.527).

⁵⁴ Herculano Marcos Inglês de Sousa nasceu em 1853 na cidade de Óbidos no estado do Pará e morreu em 1918 no Rio de Janeiro. Formado em Direito, foi presidente do Espírito Santo e do Maranhão. Foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro fundador da Academia Brasileira de Letras. (MOISÉS, 2001, p.42).

⁵⁵ Silva Jardim foi redator e revisor literário do jornal *Tribuna Liberal* (SILVA JARDIM, 1891).

Os cargos ocupados por Silva Jardim na Escola Normal muito contribuíram para sua permanência na faculdade de Direito, pois, além de pagar seus estudos, ele podia ajudar seus pais. Assim, em abril de 1882, aos 22 anos de idade, Silva Jardim formou-se bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Nesse mesmo ano, Silva Jardim foi convidado por Inglês de Sousa, o então presidente da província do Espírito Santo, para propagar o “novo método” de ensino — o método “João de Deus”— por meio de conferências públicas sobre as vantagens desse método para o ensino da leitura, que já utilizara quando ainda era professor do Curso Primário Anexo à Escola Normal de São Paulo.

Entre os dias 18 e 28 de julho de 1882, Silva Jardim permaneceu em Vitória, capital da província do Espírito Santo, para divulgar esse novo método de ensino, conforme as cláusulas do contrato acordado com Inglês de Sousa. Segundo Silva Jardim, as cláusulas do contrato eram:

1º a propagar o methodo JOÃO DE DEUS, lecionando gratuitamente a todas as pessoas que o desejassem aprender; 2º a fazer sete conferencias publicas, justificando a importância do referido methodo e sua utilidade; 3º a abrir um curso publico diario com 42 lições para professores, professoras e mais pessoas; 4º a leccionar em casas particulares, sem remuneração alguma, contanto que o tempo gasto com todas as lições não excedesse a sete horas por dia; 5º a apresentar no fim do curso um relatório circunstanciado de todos os meus trabalhos, incluindo noticias detalhadas sobre o resultado que tivesse obtido n'esta Provincia com meu curso diario (SILVA JARDIM, 1882, p.4)

Além das conferências, Silva Jardim ensinava em casas particulares e promovia cursos diários para ensinar os professores a ensinar leitura pelo método “João de Deus”. Essas conferências proferidas por Silva Jardim na província do Espírito Santo davam-lhe grande prestígio para sua atuação como professor e divulgador do método “João de Deus”; por outro lado, Inglês de Sousa recebeu críticas negativas por tê-lo convidado a proferir essas conferências nessa província.

Segundo Gontijo e Gomes (2012, p.82), o motivo pelo qual Inglês de Sousa convidou Silva Jardim para divulgar o método “João de Deus” na província do Espírito Santo estava relacionado a dois fatores: Inglês de Sousa já conhecia o trabalho primoroso realizado por Silva Jardim no Curso Primário Anexo à Escola Normal; e Inglês de Sousa considerava o “método de primeiras letras” (soletração), adotado pela província do Espírito Santo, “defeituoso e atrasado”.

Diante desses fatores, Inglês de Sousa justificou a vinda de Silva Jardim atribuindo a esse professor a função de divulgar um método eficaz para o ensino da leitura, que pudesse contribuir para a reforma da instrução pública primária na província do Espírito Santo.

No entanto, a ida de Silva Jardim para a província do Espírito Santo causou certo desconforto entre os redatores dos jornais *A Província do Espírito-Santo* e *Espírito-Santense*. Segundo Gontijo e Gomes (2012), as tensões entre os redatores desses jornais estavam relacionadas às questões de métodos de leitura. O jornal *A Província do Espírito-Santo* defendia a vinda de Silva Jardim, bem como sua didática, por serem partidários do método intuitivo para o ensino. Porém, o jornal *Espírito-Santense*

[...] publicou um editorial com o título *Coisas do Sr. Inglês*, criticando, entre outras iniciativas do Presidente da Província, o fato de estar fazendo gastos excessivos com a divulgação do Método João de Deus que já era conhecido na Província, antes mesmo da vinda de Silva Jardim (GONTIJO; GOMES, 2012, p.122).

Depois de atuar na província do Espírito Santo, de volta a São Paulo, em outubro de 1882, Silva Jardim se inscreveu para o concurso para o provimento da Cadeira de “Grammatica e Lingua Nacional” da Escola Normal de São Paulo. Nesse concurso se inscreveram, além de Silva Jardim, Manoel José Trancoso⁵⁶ e Júlio Ribeiro⁵⁷ (D’AVILA, 1946, p. 91). As inscrições para esse concurso encerraram-se em março de 1883 e, após a realização das provas, nesse mesmo ano, Silva Jardim foi aprovado no dia 26 de abril de 1884 e nomeado professor vitalício da Cadeira de “Gramática e Lingua Nacional” da Escola Normal de São Paulo. Segundo Queiroz (1967), além do seu trabalho como professor, Silva Jardim ministrava aulas particulares.

No mesmo ano de seu ingresso como professor na Escola Normal, em 1º. de maio de 1883, Silva Jardim casou-se com Ana Margarida Bueno de Andrada e, após nove meses de casado, nasceu seu primeiro filho, cujo nome também era Antonio da Silva Jardim. Além desse filho, Silva Jardim teve outros dois, Condorcet e Clotilde Sofia, que morreram precocemente (FERNANDES, 2008, p.71). Segundo Fernandes (2008, p.71), “[...] a valorização pela família, a admiração pelo jacobinismo *a la* Danton e à filosofia de Condorcet, bem como a filiação ao Positivismo estão expressos nos três filhos”.

⁵⁶ Até o momento não localizei informações sobre esse professor.

No dia 21 de abril de 1884, em cumprimento ao Artigo 8º. do *Regulamento de 1880...* da Escola Normal de São Paulo, Silva Jardim proferiu a Conferência *Reforma do ensino da lingua materna* à Congregação dessa instituição de ensino. A versão escrita do resumo dessa Conferência foi publicado em formato de opúsculo e divulgado aos alunos da Escola Normal como um modelo de como ensinar a leitura.

Concomitantemente à atuação como professor da Escola Normal de São Paulo, Silva Jardim foi diretor da Escola Neutralidade⁵⁸ na cidade de Santos, na província de São Paulo. Essa escola foi fundada por Silva Jardim, juntamente com o professor João Köpke⁵⁹, no ano de 1884. Com a fundação dessa instituição de ensino, Silva Jardim

[...] pretendia livremente pôr em prática os seus métodos pedagógicos e desenvolvê-los. Perturbadora novidade para época, a escola era laica. Seu nome, a Escola Neutralidade, tencionava indicar justamente este caráter “neutro” em face da religião. (QUEIROZ, 1967, p.52).

O ano seguinte, 1885, foi bem conturbado para Silva Jardim. Embora convicto de seus ideais republicanos, durante as eleições da Província de São Paulo desse ano, optou por defender o monarquista e conselheiro, Martim Francisco de Andrada, que era seu sogro.

Tal fato foi assim justificado por Silva Jardim:

[...] quando voto, voto no partido que mais me parece estar aproximado das minhas idéas, desde que se compromete a pugnar por um certo numero de medidas, que julgo necessárias á minha Patria. (LEÃO, 1895, p.83).

Ainda no ano de 1885, “[...] após a morte de seu sogro, de sua filhinha Clotilde (recém-nascida) e de seu cunhado” (GUZZO, 2003, p.16), Silva Jardim pediu licença de suas atividades na Escola Normal de São Paulo e foi para a cidade de Santos,

⁵⁸ A Escola Neutralidade era destinada a crianças e a adolescentes de 7 e 18 anos e seu ensino era pautado no método intuitivo e concreto. A esse respeito, ver, especialmente, Hilsdorf (1986).

⁵⁹ João Köpke nasceu em 1852, em Petrópolis, na Província do Rio de Janeiro, João Köpke bacharelou-se em Direito pela Academia de Direito de São Paulo, em 1875. Após atuar três anos na área do direito, como promotor e advogado, João Köpke abandonou a magistratura para se dedicar às questões relativas à Educação (Instrução Pública). No âmbito de sua atuação profissional, João Köpke: entre 1881 e 1883, foi professor do Colégio Culto à Ciência e do Colégio Florence, ambos de Campinas (SP); em 1878, foi nomeado professor substituto do Curso Anexos à Academia de Direito de São Paulo, voltando a atuar nesse cargo, entre 1883 e 1885; fundou, em 1884, com Silva Jardim, a Escola Primária Neutralidade, na capital da Província de São Paulo, tendo atuado como diretor dessa escola até 1886; e, em 1888, mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro, onde fundou a Escola Primária Neutralidade - Instituto Henrique Köpke (MORTATTI, 2002). Para informações mais detalhadas sobre João Köpke, ver: Mortatti (2002)

[...] onde se hospedou na casa de seu velho protetor e amigo Inglês de Sousa. Na cidade portuária advogava e residia, também, outro cunhado seu, o Dr. Martim Francisco Júnior, homem culto, inteligente da cidade e percebendo boas perspectivas, Silva Jardim resolver ficar. Pediu demissão da Escola Normal de São Paulo e montou um estabelecimento de ensino particular primário e secundário, ao qual, a princípio se dedicou de corpo e alma. (QUEIROZ, 1967, p.54).

A escola “José Bonifácio” foi fundada por Silva Jardim, em Santos, e nela atuou como diretor e professor. Essa escola, no ano de sua fundação, “[...] contava com 57 alunos, incluindo 30 de um professor do lugar a quem chamára a si e dava bom ordenado e achava-se satisfeito com a prosperidade do estabelecimento” (LEÃO, 1895, p.129).

No período em que permaneceu na cidade de Santos, Silva Jardim “[...] conviveu com advogados, intelectuais descontentes, pequenos comerciantes irritados, estivadores e libertos, visitando os quilombos, refúgio e cidadela dos negros da Província” (LIMA, 1987, p.59).

Contudo, nesse período, deixou o cargo de diretor e sócio da Escola Neutralidade e, no ano seguinte, em 1887, filiou-se ao Clube Republicano⁶⁰ de Santos. A partir de sua adesão a esse clube, iniciou suas conferências sobre o abolicionismo e as possibilidades de uma República brasileira, uma vez que ele foi militante e combatente contra a escravidão e lutou em sociedades secretas que libertavam escravos negros. (QUEIROZ, 1967; GUZZO, 2003).

A partir de sua participação no Clube Republicano de Santos, esse conhecido pela sua marca política de esquerda (FERNANDES, 2008) Silva Jardim, aos 27 anos de idade,

[...] penetrou, súbitamente, no limiar de uma fase inteiramente nova de sua vida. Até ali – era assim que sentia – tinha andado às apalpadelas, como quem nunca vira de cheio a luz do mundo. Encontrava agora a sua determinação, o seu caminho, a sua existência construtiva. E após sua entrada decisiva na política nacional, ao discursar no comício de protesto contra o Terceiro Reinado e de apoio à atitude rebelde da Câmara de São Borja partiria pelo Brasil afora, na sua longa viagem de agitador e propagandista da República—homem de luta populares, enérgico e consciente como poucos tivera até então a nossa Pátria. (QUEIROZ, 1967, p.56).

⁶⁰ O Clube Republicano de Santos era marcado por uma política abolicionista e “[...] que nunca abandonou a causa da libertação dos escravos às suas ideias progressistas” (GUZZO, 2003, p.16).

Os anos de 1888 e 1889 foram marcados por um período de efervescência política na vida de Silva Jardim. Nessa época, ele passou a desempenhar o papel de propagandista da República, propriamente brasileira. Lima (1987) afirma que, nesse período,

[...] Silva Jardim fazia um julgamento contundente e abrangente de toda a instituição monárquica, de modo a ressaltar, perante a população, os seus defeitos e insuficiências, contrapondo-lhe a República [...] instituição estabelecida dentro dos princípios do positivismo, de ordem e progresso (p.52).

Durante sua trajetória como propagandista da República pelo Brasil, Silva Jardim visitou várias cidades das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul a fim de apresentar as vantagens em o Brasil se tornar República. Em seus discursos e debates, Silva Jardim conquistou muitas amizades, mas também fez inimigos que ameaçaram sua integridade física. Todas as despesas com essas viagens eram pagas por tributos próprios, o que mostrava seu anseio e determinação a favor da Abolição e da queda da monarquia (LEÃO, 1895).

Após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, Silva Jardim, em uma de suas viagens à Itália, ao visitar o Vulcão Vesúvio, caiu em uma das crateras desse vulcão e morreu em 1º. de julho de 1891. Sua morte representou, segundo muitos estudiosos, “a morte de um republicano e o nascimento da República”.

Aos seus adversários, os que assim concorreram, para seu exílio voluntário e morte súbita, si bem que imprevista, ficou sempre desimpedido o caminho dos traves que as pessoas honestas opções aos desmandos políticos e, envolta com essas vantagens na fruição dos gozos públicos, o remorso das consciências traiçoeiras e ambicionas. (LEÃO, 1895, p. 290).

3.2 Bibliografia de Antonio da Silva Jardim

Concomitantemente a sua atuação profissional, Silva Jardim teve publicados textos de sua autoria, nos quais expressa parte dos seus anseios e pensamentos políticos.

No instrumento de pesquisa *Bibliografia de e sobre Antonio da Silva Jardim*: um instrumento de pesquisa (PASQUIM, 2012) (Apêndice A) reuni 139 referências de textos de outros autores sobre Silva Jardim e de textos que contêm menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e produção escrita e/ou citações de textos seus. Essas referências estão ordenadas em duas seções: “Bibliografia de Antonio da Silva Jardim”; e “Bibliografia sobre Antonio da Silva Jardim”.

Na seção “Bibliografia de Antonio da Silva Jardim” desse instrumento de pesquisa, encontram-se 45 referências de textos de Silva Jardim, subdivididas em 11 subseções, conforme os tipos de textos que localizei, até o momento. Os títulos das subseções e a quantidade de referências correspondentes a cada uma delas são as seguintes: folhetos, 9 ; folhetos em co-autoria, 2 ; livro póstumo, 2 ; opúsculo, 1 ; artigos em jornais, 10 ; circulares, 2; manifestos, 1 ; conferências, 5 ; discursos, 9 ; relatório em co-autoria, 1; e correspondência, 1.

Para proporcionar visão de conjunto e síntese de suas publicações, apresento, no Quadro 1, a bibliografia de Antonio da Silva Jardim, ordenada por tipo de texto e distribuída por ano de publicação, entre 1878 e 1978.

Como se pode observar pelas informações apresentadas no Quadro 1, das 44 referências de textos de Silva Jardim que localizei e reuni, até o momento, 70% (30 referências de textos) foram resultantes de suas conferências, discursos e manifestos publicados entre 1888 e 1889, como propagandista republicano

Essas conferências, discursos e manifestos foram apresentados no livro *Propaganda Republicana* (1888-1889): discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho, publicado em 1978 pela Fundação Casa de Rui Barbosa e Conselho Federal de Cultura (RJ). Foi por meio desse texto que pude localizar e ter acesso à maioria dos textos de Silva Jardim.

Em 1878, Silva Jardim, em co-autoria com Valentim Magalhães, teve publicada a obra *Idéias de moço*, na qual defendem o ideal da República. Em 1889, também em co-autoria com Valentin Magalhães, teve publicado o artigo *General Osório*, no jornal *Tribuna Liberal*.

Em 1879, Silva Jardim teve publicado o artigo *A gente no mosteiro*, pelo jornal *Tip. Tribuna Liberal* (SP). Segundo Queiroz (1967), Lima (1987) e Dornas Filho (1936), em uma reunião entre calouros e veteranos da Faculdade de Direito de São Paulo, Silva Jardim, quando recém-ingresso nessa instituição, pediu a palavra em um momento não oportuno. Tal atitude foi criticada pelos veteranos. Com relação a esse episódio, na obra *Gente no mosteiro*, Silva Jardim “[...] acusa os colegas de serem autoritários e elitistas, questionando, inclusive, a capacidade de ser, choveram críticas em todos os jornais dos estudantes, e também nos muros” (FERNANDES, 2008, p.73).

Em 1880, foi publicada a obra *Crítica escada abaixo* em que, segundo Fernandes (2008, p.73), Silva Jardim “[...] busca enveredar pelo caminho da crítica

literária, debatendo a visão que Camilo Castelo Branco possuía do Brasil, acusando-o de destilar ódio ao país”.

Em 1884, foi publicado o opúsculo *Reforma do ensino da lingua materna*, pela tipografia Jorge Seckler (SP). Trata-se da versão escrita do resumo da Conferência⁶¹ pública proferida por Silva Jardim, professor da 1ª. Cadeira “Grammatica e Lingua Nacional” da Escola Normal de São Paulo (SP), publicada em formato de opúsculo. Sobre essa conferência tratarei detalhadamente no Capítulo 4 desta dissertação.

Ainda em 1884, juntamente com o professor João Köpke, Silva Jardim escreveu um relatório sobre a Escola Primária Neutralidade, no qual apresentaram alguns resultados do funcionamento dessa escola. Esse relatório foi publicado em 1885, pela editora Leroy King Bookwalter (SP).

Entre 1888 e 1889, período no qual Silva Jardim se dedicou quase exclusivamente à propaganda republicana, teve publicadas as seguintes obras: *A republica no Brazil: compendio de theorias e apreciações políticas destinado a propaganda republicana...* (1888); *A republica no Brazil* (1889); *Pela republica e contra a monarquia: conferencia populares* (1889); *Carta política ao país e ao partido republicano* (1889); e *Pela republica e contra a monarquia: conferencia populares* (1889).

Além dessas obras, ainda nesse período (1888-1889), outros artigos em jornais, discursos, manifestos, circulares e conferências foram publicados em diferentes jornais, em especial, os das províncias de São Paulo e do Espírito Santo, nos quais Silva Jardim mostrava-se declaradamente contra a Monarquia e a favor do Abolicionismo, Positivismo e a instauração da República.

A preocupação de Silva Jardim em defender a República em oposição à da Monarquia pode ser observada nos títulos de seus artigos, tais como: “A caminho”, “A conspiração”, “A mentira do trono”, “A propaganda republicana”, “A situação republicana”, “Carta política ao País” e ao “Partido Republicano”, “Política Republicana”, e “Manifesto à Província” e ao “País”.

Logo após sua morte, em 1891, foi publicada a obra póstuma *Memórias e viagens I – Campanha de um propagandista* (1887-1890), pela editora Typ. Comp. Nacional (Lisboa-Portugal). Segundo Fernandes (2008, p.75), esse livro é “[...] composto de longas transcrições de discursos ou artigos anteriores, mas recheados de

⁶¹ Tratarei dessa conferência de forma mais detalhada no Capítulo 4 desta dissertação.

reflexões do propagandista decepcionado com os rumos da jovem república e de justificativas do autor para uma série de posturas adotadas em sua vida”.

Em 1978, foi publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa e Conselho Federal de Cultura, o livro *Propaganda Republicana* (1888-1889): discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados, de Barbosa Lima Sobrinho. Lima Sobrinho (1987), no prefácio desse livro, destaca que

[...] a leitura de seus discursos e opúsculos permitirá acompanhar a evolução de suas idéias, num sentido que se poderá classificar de revolucionário, dissociado de tantos cursos e opúsculos permitirá acompanhar a evolução de suas idéias, num para a conquista do poder. Isso é o que caracteriza a posição singular de Silva Jardim: é que visava, acima de tudo, a formação de uma opinião republicana, como conquista preliminar do advento de um regime, que lhe parecia falso, se não correspondesse a raízes profundamente mergulhadas no espírito do povo brasileiro. (p.14).

Esse livro muito contribuiu para que os estudiosos e pesquisadores conhecessem o pensamento e ação política de Silva Jardim. Nele está disponível a maioria dos textos de autoria de Silva Jardim, escritos nos dois anos que antecederam a proclamação da República no Brasil, ou seja, no período em que Silva Jardim atuou como propagandista.

3.3 Bibliografia sobre Antonio da Silva Jardim

No instrumento de pesquisa (PASQUIM, 2012) (Apêndice), no que se refere à produção escrita *sobre* Antonio da Silva Jardim, reuni 94 referências de textos de outros autores *sobre* Silva Jardim e textos que contêm menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e produção escrita e/ou citações de textos seus.

Em relação aos textos *sobre* Antonio de Silva Jardim, ou seja, que tratam especificamente desse autor, reuni 37 referências de texto, que estão assim ordenadas: livros: 17; artigos: 6; capítulos: 3; trabalhos acadêmicos: 4; artigos de jornais: 3; textos completos publicados em anais de evento: 3; e verbete de dicionário: 1.

Em relação aos textos que contêm menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e sua produção escrita e/ou citações de textos seus, reuni 57 referências de texto, que estão assim ordenadas: menções e/ou citações em livros: 18; menções e/ou citações em artigos: 16; menções e/ou citações em trabalhos acadêmicos: 10; menções e/ou citações em textos completos em anais de evento: 11; menções e/ou citações em verbete de dicionários: 1; legislação municipal: 1.

Com relação às 94 referências de textos que reuni na seção “Bibliografia *sobre* Antonio da Silva Jardim”, a fim de propiciar visão de conjunto e síntese das publicações *sobre* esse autor, apresento, a seguir, o Quadro 2, o qual contém informações relativas às publicações desse autor, distribuídas por ano de publicação e tipo de texto, entre as décadas de 1889 a 2011.

Os textos que contêm menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e sua produção escrita e/ou citações de textos seus foram publicados entre 1889 e 2011, ou seja, ao longo de 122 anos. Porém, somente a partir da década de 90 é possível verificar um aumento das publicações *sobre* Silva Jardim, na qual se concentram 70% da produção *sobre* Silva Jardim.

No período compreendido, entre 1889 e 2011, há intervalos consideráveis sem publicação de textos *sobre* Silva Jardim. São os anos de: 1890, 1892 e 1893. E, é possível observar que, a partir de 1896, há um intervalo de 12 anos, no qual não há textos *sobre* Silva Jardim.

Por meio das informações sintetizadas no Quadro 2, pode-se observar, ainda, que o primeiro texto publicado *sobre* Silva Jardim foi publicado em 1889 e o primeiro texto que contêm menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e sua produção escrita e/ou citações de textos seus foi publicado em 1894. Trata-se, respectivamente, do livro *Traços biográficos do Dr. A. da Silva Jardim*, de R. de Sá Valle, e dos livros *Origens republicanas: estudo de gênese política*, de Felício Buarque, e *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*, de Felisbello Freire.

A partir dos dados sintetizados no Quadro 2, pode-se observar que o maior número de referências de textos *sobre* Silva Jardim concentra-se em livros (17 referências) que foram publicados entre 1889 e 2008. O menor número de referências de textos *sobre* Silva Jardim concentra-se em capítulos de livros, artigos de periódicos e/ou revistas *on-line* e trabalhos completos publicados em anais de evento.

Em relação ao maior número de referências de textos que contêm apenas menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e sua produção escrita e/ou citações de textos seus concentram-se também em livros (18 referências) e foram publicados entre 1894 e 2005, e o menor número de referências de texto concentra-se em verbetes de dicionário (uma referência).

Dentre as 37 referências de textos *sobre* Silva Jardim, 17 referências são de livros que contêm biografias e memórias sobre a vida e obra de Silva Jardim, nos quais

se pode observar um destaque para sua atuação como adepto do Positivismo e defensor do regime político republicano.

Dentre as 57 referências de sobre Silva Jardim, pode-se observar que, a partir das três últimas décadas, Silva Jardim vem sendo citado no campo da história da educação, em particular, no campo da história da alfabetização no Brasil.

3.3.1 Livros

Os livros *sobre* Silva Jardim foram publicados entre 1889 e 2008. Ao longo de mais de um século, o nome Silva Jardim tornou-se parte importante na compreensão da história do Brasil, sobretudo em relação ao período de transição entre Império-República (1822-1889).

A atuação política, social e educacional de Silva Jardim foi ressaltada por meio da publicação de biografias, memórias, crônicas históricas, estudos e pesquisas. Nessas publicações, Silva Jardim é apresentado como defensor e propagandista da instalação da República no Brasil.

As publicações de livros sobre Silva Jardim se relacionam com momentos históricos de crise ou de conquista pelos quais o Brasil passou ao longo de sua história. Por muitas vezes revelam o silêncio de uma das vozes mais latentes da República, a de Silva Jardim, apresento os resumos analíticos dos livros (estudos, biografias e memórias) sobre Silva Jardim.

Em 1895, quatro anos após o falecimento de Silva Jardim, foi publicada sua primeira biografia. Trata-se do livro *A biographia do illustre propagandista* (hauridos nas informações paternas e dados particulares e officiaes), escrito pelo amigo de José Leão e que foi publicada, em 1895, pela Imprensa do Rio de Janeiro (RJ). Leão (1895) apresenta aspectos da vida e da atuação de Silva Jardim em três momentos: “o homem”, “o propagandista” e “o político”, trazendo aspectos importantes para a compreensão da presença do Positivismo na atuação de Silva Jardim, que

[...] não fez mas que applicar ao caso brasileiro as theorias de Aug. Comte sobre política positiva. Não era um educador phantasia nem um orador imaginoso. O seu temperamento como homem de ensino e de combate é que era original [...] Elle conhecia a fundo o modo de interpretar os sentimentos das massas e em subindo á tribuna lançava um olhar em roda e logo apoderava-se do espírito do auditório, que, em o vendo apparecer, sentia-se desde já influenciado por esse mesmo olhar. (LEÃO, 1895, p.122).

Passados 41 anos, da publicação do livro de Leão (1895), foi publicado, em 1936, pela Editora Companhia Nacional (SP) outro livro *sobre* Silva Jardim. Trata-se da biografia intitulada *Silva Jardim*, escrita pelo historiador João Dornas Filho⁶². Dentre os principais aspectos apontados por Dornas Filho (1936) sobre a vida de Silva Jardim, destacam-se os relativos às propagandas republicanas, trazendo inúmeras citações dos episódios sobre sua trajetória política nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Além disso, Dornas Filho (1936, p.167), no capítulo “O pretense suicídio”, destaca que a morte de Silva Jardim foi uma fatalidade e que “[...] só os inimigos, velados ou ostensivos, fazem crer aos incautos a ballela do suicidio, com o fim claro de diminuir as superficies superiores desse espirito e desse character”. O autor conclui que “[...] Silva Jardim será sempre, para os traficantes da Patria, um incommodo phantasma, que não cessará de apontar aos criminosos o destino de todos os perjuros...” (DORNAS FILHO, 1936, p. 190).

Em 1967, foi publicado pela editora Civilização Brasileira (RJ) o livro *Paixão e morte de Silva Jardim*⁶³, de Maurício Vinhas de Queiroz. Nesse livro é abordado a atuação intensa e marcante de Silva Jardim em favor da instauração do regime republicano no Brasil. No capítulo *Êrro e glória de Silva Jardim*, Queiroz (1967, p.97) afirma que Silva Jardim, embora antiescravista, foi oportunista frente à irritação dos proprietários rurais que, devido à Abolição da Escravatura, se revoltaram contra o governo imperial.

Em 1984, foi publicado pela editora Imprensa Pannartz (SP) o livro *Silva Jardim o esquecido*, de Antônio Roberto de Paula Leite. O autor apresenta em “Nota Liminar” que esse livro foi escrito entre 1963 e 1964 e que foi publicado em décadas posteriores, devido a problemas editoriais. Segundo Leite (1984), esse livro é uma “crônica histórica ou uma antologia”, o qual retrata Silva Jardim como um personagem esquecido da história. Por meio do levantamento de folhetos, livros, correspondências, artigos e conferências, Leite (1984) reúne informações sobre a atuação de Silva Jardim e as citações bibliográficas de outros autores que mencionam e citam aspectos da vida e atuação de Silva Jardim.

⁶² João Dornas Filho nasceu em 07 de agosto de 1902, no atual município de Itaúna. Era filho de João Dornas dos Santos, um republicano, co-fundador do Clube Republicano 21 de abril, em 1889. Informações disponíveis no *site* do Acervo Digital “João Dornas Filho”. Disponível em: http://www.viafanzine.jor.br/site_vf/dornas/110_anos.htm. Acesso em: 13/09/2012.

Bem próximo ao centenário de comemoração da República brasileira, foram publicados os livros de Lima (1987) e de Ricci (1987). Ambos os livros incidem sobre aspectos importantes da compreensão do pensamento político de Silva Jardim.

Em 1987, foi publicado pela editora Brasiliense (SP) o livro *Perfil político de Silva Jardim*, de Heitor Ferreira Lima. Segundo Lima (1987), embora Silva Jardim tenha sido propagandista da República de maneira mais intensa entre os anos de 1888 e 1889, sua atuação significou uma pequena movimentação no campo das ideias sobre o regime que espreitava e ameaçava o Império. Lima (1987) considera que Silva Jardim foi “[...] uma personalidade quase genial, certamente singular e inegavelmente particular em nosso passado” (p.13). Por fim, Lima (1987) destaca que a participação de Silva Jardim em organizações sociais é resultante de sua formação acadêmica.

Em 1987, foi publicado pela editora da PUC de Campinas (SP) o livro *Ação e pensamento em Silva Jardim*⁶⁴, de Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, cujo objetivo principal foi estudar o pensamento político de Silva Jardim sobre a República. Segundo Ricci (1987, p.46),

[...] para Silva Jardim, a República a grande fatalidade que deveria ocorrer de imediato para que pudesse de fato sobrevir a reforma popular, que, em mãos da Monarquia jamais teria ocasião de acontecer, pela velha corrupção que de há muito vinha corroendo o nosso Império, facilmente comprovável pelas crises observadas na agricultura, no comércio e no próprio operariado incipiente.

Nesse sentido, “[...] em matéria de propaganda política, os discursos de Silva Jardim representaram a obra mais completa e melhor acabada de toda a fase precursora da república brasileira” (RICCI, 1987, p. 97). E que sua atuação como propagandista da República foi importante “[...] a abertura de ideias no sentido de movimentação das massas e de sua mobilidade (tanto vertical como horizontal) é mérito maior que podemos encontrar em todo o seu fecundo trabalho” (RICCI, 1987, p. 99).

Em 1989, no ano do centenário da Proclamação da República, foi publicado pela editora Ao livro Técnico (RJ) o livro *Antônio da Silva Jardim: o herói da Proclamação da República*⁶⁵, escrito por Luiz Antônio Aguiar e ilustrado por Jorge Guidacci. Nesse livro, Aguiar (1989), de forma didática, narra a atuação e empenho de Silva Jardim na instalação do regime republicano, no Brasil, pautado na participação popular. Segundo

⁶³ A primeira edição desse livro foi publicada em 1947 com o seguinte título: *Uma garganta e alguns níqueis*.

⁶⁴ Esse livro foi escrito em 1976 com o título *Considerações sobre o pensamento político de Silva Jardim*.

Aguiar (1989), a figura de Silva Jardim, deve ser destacada no âmbito da história oficial, como um “herói da República”, uma vez que nela permaneceu “escondida como um segredo”. Esse livro trata, portanto, do que o próprio Aguiar (1989) denomina de uma “biografia romanceada sobre Silva Jardim”.

Em 2003, foi publicado pela editora Ícone (SP) o livro *Silva Jardim: política, economia, questão social, abolicionismo e racismo*, escrito por Maria Auxiliadora Dias Guzzo. Nesse livro, Guzzo (2003) destaca a atuação de Silva Jardim frente às principais questões do Império, tais como, “política, economia, abolicionismo e racismo”. Por meio de uma minuciosa pesquisa, a autora traz elementos que contribuem para a compreensão dos sonhos, anseios e aspirações de parte da população brasileira nas décadas finais do século XIX. Por fim, a autora destaca que a Proclamação da República não significou a efetivação da cidadania e a democracia tão sonhadas por Silva Jardim.

Em 2008, foi publicado pela editora Humanitas (SP) o livro *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*, escrito por Maria Fernanda Lombardi Fernandes. Nesse livro, Fernandes (2008) insere a figura de Silva Jardim no âmbito dos estudos sobre Ciências Políticas, destacando, principalmente, a faceta política do pensamento de Silva Jardim. Utilizando-se de dois termos que bem exemplificam a trajetória de Silva Jardim, tais como, “esperança e desencanto”, a autora destaca o projeto republicano, decorrente da ação e do pensamento de Silva Jardim.

3.3.2 Capítulos de Livros

Dentre os capítulos de livros localizados, destaco o capítulo “A metodização do ensino da leitura: a ‘missão civilizadora’ de Silva Jardim”, de Mortatti (2000a), no qual a autora apresenta a atuação do professor Antonio da Silva Jardim, na divulgação do “método João de Deus”, concretizado em *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura* (1876), do poeta português João de Deus.

Como informei na Introdução desta dissertação, esse livro contém a matriz teórica de minha pesquisa, principalmente no que se refere ao que a autora denomina “primeiro momento” da história da alfabetização no Brasil. Dentre as características desse “primeiro momento”, Mortatti (2000a) apresenta aspectos do pensamento do professor, advogado, político, propagandista, positivista e republicano, Antonio da Silva Jardim (1860–1891) sobre o ensino da língua materna no Brasil e destaca que,

⁶⁵ Esse livro está presente na bibliografia dos concursos da prefeitura do município de Silva Jardim (RJ).

[...] a atuação desse propagandista funda uma tradição: o ensino da leitura envolve necessariamente uma questão de método, apresentando-se o “método João de Deus” (palavração) como fase científica e definitiva nesse ensino e fator de progresso social [...] e de serem suas tematizações as primeiras de caráter programático e cientificamente fundamentadas, produzidas por um brasileiro, a respeito do ensino da leitura e da língua materna [...] (MORTATTI, 2000a, p.73).

A respeito da tradição fundada por Silva Jardim, tratarei mais detalhadamente no Capítulo 4 desta dissertação, no qual explorarei a proposta de ensino da leitura e escrita desse professor.

3.3.3 Textos Acadêmicos

No ano de 1991, foi defendida, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a dissertação de mestrado *A trajetória de uma desilusão Silva Jardim e Anibal Falcão: dois positivistas revolucionários na transição Império-República (1870-1900)*, de Almir de Carvalho Bueno⁶⁶.

No ano de 1993, foi defendida, na Universidade de São Paulo (USP), a dissertação de mestrado *República no Brasil: Quintino de Bocaiúva e Silva Jardim: trajetórias e ideias*, Sidney Ferreira Leite⁶⁷.

No ano de 2002, foi defendida, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a dissertação *Silva Jardim, o Pedro Eremita da República*, de Edina Ferreira Prado⁶⁸.

No ano de 2004, foi defendida, na Universidade de São Paulo (USP), a tese de doutorado *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*, de Maria Fernanda Lombardi Fernandes⁶⁹.

Como se pode observar, as três dissertações *sobre* Silva Jardim, defendidas entre 1991 e 2002, são resultantes de pesquisas de mestrado em História; e a tese que foi defendida em 2004, é resultante de pesquisa de doutorado em Ciências políticas.

⁶⁶ Essa dissertação de mestrado foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História foi desenvolvida sob a orientação do Prof.Dr. Elias Thomé Saliba.

⁶⁷ Essa dissertação de mestrado foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História foi desenvolvida sob a orientação da Prof^a. Inez Garbui Peralta.

⁶⁸ Essa dissertação de mestrado foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História foi desenvolvida sob a orientação da Prof^a. Lucia Maria Paschoal Guimarães

3.3.4 Artigos de jornais

O artigo “Silva Jardim, tribuno intrépido da propaganda republicana”, de autoria de Benjamin Constant, publicado no jornal *A noite ilustrada*, no ano de 1939.

No ano de 1960, foram publicados mais dois artigos em jornais *sobre* Silva Jardim. São eles: “Duas cartas de Silva Jardim a Clovis”, de autoria de Brasil Bandecchi, publicado no jornal *Diário de São Paulo* (SP); e “Silva Jardim e a tragédia do Vesúvio”, de autoria de Brito Broca, publicado no jornal *Correio da Manhã* (SP).

Embora não tenha tido acesso a esses artigos, pelos títulos de cada um deles é possível presumir que os autores tratam sobre a ação de Silva Jardim, que em muitos momentos foi fervorosa, principalmente como propagandista da República.

3.3.5 Textos completos publicados em anais de evento

Os textos completos sobre Silva Jardim, publicados em anais de evento, nos anos de 2007, 2010 e 2011, são os seguintes: *As conferências/aulas de Silva Jardim sobre o método João de Deus na Província do Espírito Santo* (1882), de Cláudia Maria Mendes Gontijo; e *Reforma do ensino da língua materna* (1884), Antonio da Silva Jardim, de Franciele Ruiz Pasquim. Destaco, para os objetivos da pesquisa, os textos sintetizados a seguir.

No texto *As conferências/aulas de Silva Jardim sobre o método João de Deus na Província do Espírito Santo* (1882), de Gontijo (2007). Nesse artigo, Gontijo (2007) abordada às conferências proferidas por Silva Jardim na Província do Espírito sobre o ensino da leitura pelo “método João de Deus”. Por meio da análise dessas conferências, Gontijo (2007) problematiza a visão de educação e a reforma proposta por Silva Jardim, além de apresentar as características e críticas ao “método João de Deus”. Segundo Gontijo (2007) o “método João de Deus” divulgado por Silva Jardim não foi “[...] suficiente para mobilizar mudanças nos indivíduos e na sociedade” (p.144).

O texto “*Reforma do ensino da língua materna* (1884), de Antonio da Silva Jardim”, (PASQUIM, 2011) foi apresentado no 13º. Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação, realizado na FFC-UNESP-Marília. Nesse texto, tinha por objetivos contribuir para a produção de uma história do ensino de língua e literatura no Brasil e compreender o pensamento republicano de Silva Jardim sobre o ensino da língua materna. Por meio da análise da configuração textual da versão escrita

⁶⁹Essa tese de doutorado foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas foi desenvolvida sob a orientação do Profª. Dr. Eduardo Kugelmas.

do resumo da Conferência *Reforma do ensino da língua materna* (1884), de Silva Jardim, conclui que, nessa conferência, “[...] estão presentes os aspectos que Silva Jardim considerava mais importantes para o ensino de língua materna, a saber, o método do poeta positivista “João de Deus” para o ensino da leitura [...]” (PASQUIM, 2011, p.4-5).

3.3.6 Verbetes em dicionário

No ano 2008, foi publicado pela editora Objetiva (RJ) o *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889), organizado por Ronaldo Vainfas, em continuidade ao *Dicionário Colonial* (1500-1808) (VAINFAS, 2000). No *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889), Vainfas (2008) apresenta os verbetes relacionados às instituições, episódios e personagens do Império até a Proclamação da República (1889). Dentre os personagens destacados por Vainfas (2008), também se encontra o “ardoroso” Silva Jardim, a quem Vainfas (2008) destina um verbete.

No verbete “Silva Jardim”, Vainfas (2008) apresenta aspectos da formação e atuação como positivista, bacharel em Direito, propagandista em prol da instalação da República no Brasil e também professor do Curso Primário Anexo à Escola Normal e posteriormente professor da Cadeira “Grammatica e Lingua Nacional” dessa instituição de ensino. Além dos aspectos relativos à vida e atuação de Silva Jardim, Vainfas (2008) destaca algumas obras de Silva Jardim, tais como: *Ideias do Moço* (1878), *Crítica da escada abaixo* (1880) e *Reforma do ensino da língua materna* (1884).

3.3.7 Em legislação municipal

A Lei municipal nº. 1.431 que foi aprovada pela Câmara Municipal de Silva Jardim⁷⁰ (RJ), no dia 29 de dezembro de 2008, dispõe sobre a inclusão da biografia de Antonio da Silva Jardim na grade de ensino da disciplina História na rede pública ensino do município de Silva Jardim. Nessa Lei, no artigo 2º, 1º. parágrafo, está prescrito que a história sobre Silva Jardim deve ser abordada no âmbito dos estudos da História do Império, especialmente à queda do Império. Ainda no artigo 2º, no 2º. parágrafo, está previsto que a atuação de Silva Jardim muito contribuiu para a

⁷⁰ O município de Silva Jardim inicialmente era Capivari. Em 1943 foi trocado o nome de Capivari pelo de Silva Jardim em homenagem ao professor Antonio da Silva Jardim. Mais informações disponíveis no site do Município de Silva Jardim em: http://www.silvajardim.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=95&Itemid=2. Acesso em: 30 de set.2012.

Proclamação da República (1889). O cumprimento dessa lei será fiscalizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

3.4 Textos com menções a Antonio da Silva Jardim, sua atuação profissional ou produção escrita e/ou com citações de textos seus.

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 2, é possível observar que a maior concentração de referência de textos da seção “Bibliografia *sobre* Silva Jardim” (94 referências) concentra-se na subseção de textos que contêm apenas menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e sua produção escrita e/ou citações de textos seus (57 referências).

A maioria dessas referências de textos concentram-se em livros (18 referências de texto) destinados à área de História. Dentre essas referências de livros está o livro *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*, organizado por Mortatti (2011), cuja síntese foi apresentada na Introdução desta dissertação. Dentre os artigos e ensaios contidos neste livro, destaco o artigo “Estudos sobre história da alfabetização e do ensino da leitura no Espírito Santo”, de Gontijo e Schwartz (2011).

Gontijo e Schwartz (2011) apresentam a atuação de Antonio da Silva Jardim na instrução primária da província do Espírito Santo, na qual ele profere algumas conferências sobre o método “João de Deus” para o ensino da leitura e escrita, no ano de 1882. Segundo as autoras, Silva Jardim contribuiu para a divulgação do “novo” método da palavrção concretizado em *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura*, de João de Deus. Por fim, as autoras destacam que Silva Jardim tinha a preocupação com a figura do professor que ensinava a ler e a escrever e fazia crítica à utilização método da soletração que “[...] a ‘leitura palavrada’ era muito superior, porque se baseia na linguagem como expressão e comunicação do que pode ser transmitido aos outros” (GONTIJO; SCHWARTZ, 2011, p.208).

3.5 A face menos explorada de Antonio da Silva Jardim

Ao longo da apresentação dos aspectos sobre a vida, formação e atuação do professor Silva Jardim é possível destacar que a produção sobre ele está diretamente relacionada a seguintes questões: Abolicionismo, Republicanismo, Positivismo e Cientificismo e estão relacionadas a sua ação e atuação política.

Com relação à reflexão propiciada das leituras que fiz de muitos textos que localizei durante a elaboração do instrumento de pesquisa, auxiliou nas reflexões sobre a face menos explorada no âmbito de seu pensamento e tornou-se um desafio.

,

CAPÍTULO 4

O ENSINO DA LEITURA E ESCRITA PROPOSTO POR ANTONIO DA SILVA JARDIM

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação de mestrado, focalizei a proposta para o ensino da leitura e escrita do professor positivista Silva Jardim. Por meio da análise da configuração textual do documento *Reforma do ensino da língua materna*, de autoria desse professor, pude compreender aspectos ainda poucos explorados da história da alfabetização no Brasil, em especial, nas décadas finais do século XIX.

A análise da configuração textual do documento escolhido como *corpus* documental da pesquisa me possibilitou incidir sobre os principais aspectos constitutivos de seu sentido, a saber, as interrelações sobre as contribuições de Silva Jardim, conhecido como “tribuno da República”, para a sistematização de uma didática para o ensino de língua materna.

Silva Jardim nesse documento sistematiza a didática para o ensino da língua materna em que se destaca a importância atribuída por ele à língua como instrumento de modificação das ideias, sentimentos e ações humanas; ao método da palavração, fase definitiva e científica, o mais eficaz no ensino da leitura; à formação teórica e prática de professores primários; à reforma gradual do ensino; ao método intuitivo; e ao ensino da gramática iniciado pelo ensino da língua.

Além da análise da configuração textual do documento analisado, destaco a importância do desenvolvimento de pesquisas históricas, centradas em pesquisa documental e bibliográfica, por meio dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de fontes documentais, que me possibilitaram elaborar o instrumento de pesquisa o qual resultou no documento *Bibliografia de e sobre Antonio da Silva Jardim*: um instrumento de pesquisa (PASQUIM, 2012).

Essa etapa foi fundamental para a revisão do tema que me propus estudar e para visualizar as possibilidades de pesquisa. Além disso, esse instrumento de pesquisa ou guia de fontes é muito útil para os estudiosos e pesquisadores que desenvolvem pesquisas correlatas, pois, propiciam a visão do conjunto da produção *de e sobre* Silva Jardim.

Quanto às dificuldades, ressalto a de relacionar a proposta de ensino da leitura e escrita no âmbito das múltiplas faces do pensamento de Silva Jardim, em especial, com a Maçonaria, o Positivismo e o Republicanismo, as quais são importantes faces para a compreensão de seu pensamento.

Considero que a escrita desta dissertação, apesar de todas as dificuldades apresentadas, significou um passo importante na sistematização das reflexões que venho

fazendo desde o desenvolvimento de pesquisa de iniciação científica sobre a história da alfabetização e que confirmam o meu interesse em continuar desenvolvendo pesquisas históricas sobre educação, em especial sobre alfabetização.

Por fim, esta dissertação representa um caminho em minha formação como professora e pesquisadora, portanto, uma etapa, cujo objetivo é de contribuir para a sistematização e reflexão sobre a face menos explorada do pensamento de Silva Jardim, no que se refere ao ensino da leitura e escrita. E também representa possibilidade de continuidade em etapa posterior, em nível de doutorado em que poderei percorrer outros caminhos e fazer novas travessias.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luiz. *Antonio da Silva Jardim: o herói da Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1989.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. *Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso/1910-1930*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

_____. *Ensino de leitura na escola primária no Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX*. 2000. 419 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

BAUAB, Maria Aparecida. O positivismo na Escola Normal de São Paulo. IN: BOLETIM SAPERE AUDE, ano 8, n.9, São José do Rio Preto, p. 1-38. 1972.

BEHAR, Eli. *Vultos do Brasil: bibliografia, história e geografia*. São Paulo: Hemus Editora limitada, [s.d].

BERNARDES, Vanessa Cuba. *Um estudo sobre Cartilha analítica, de Arnaldo de Oliveira Barreto (1969-1925)*. 2003. 67f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

BERTOLLETTI, Estela Natalina Montovani. *Lourenço Filho e a alfabetização: um estudo de Cartilha do povo e da Cartilha Upa, cavalinho!*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007. 136p.

_____. *A produção de Lourenço Filho sobre e de literatura infantil e juvenil (1942-1968): fundação de uma tradição*. 2006. 275f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2006.

BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. *Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BOTO, Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis. *Ler, Escrever, Contar e se Comportar: a Escola Primária como Rito do Século XIX Português (1820-1910)*. 1997. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20032012-103942/>>. Acesso em: 2012-08-30.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou O ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: José Zahar Ed., 2001.

BRAGA, Teófilo. *João de Deus: esforço biographico*. Sociedade Editora Arthur Brandão & C^a. [s.d].

BRASIL. [Constituição Política do Imperio do Brazil \(de 25 de março de 1824\)](#)
Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em 18 de maio de 2012.

BRASIL . *Lei de 15 de Outubro de 1827*. Disponível em:
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/lei%2015-10-1827%20lei%20do%20ensino%20de%20primeiras%20letras.htm. Acesso em 18 de maio de 2012.

BRASLAVSKY, Berta P. de. *Problemas e métodos no ensino da leitura*. Tradução Agostinho Minicucci. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

CAMPOS, Maria Christina S. Souza Campos. Formação do magistério em São Paulo: do império a 1930. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo: CERU, fev. 1990. p. 5-16.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a república e outros ensaios*. Edusp: Bragança Paulista, 2003.

CARVALHO, Willian Almeida de. Pequena História da Maçonaria no Brasil. *Revista dos Estudos Históricos da Masoneria LatinoAmericana y Caribenã*, v. 2, n.1, Mayo- Noviembre 2010. p.32-58. Disponível em:
<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3268641>. Acesso em: 25 de janeiro de 2013.

CHARTIER, Roger (Org). *Práticas da leitura*. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo da vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC: FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

D'AVILA, Antonio. Antônio da Silva Jardim. In: POLIANTÉIA comemorativa do 1º centenário do Ensino Normal de São Paulo. São Paulo: [s. n], 1946. P. 89-98.

DIAS, Márcia Hilsdorf. *Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita*. 2002. 290f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In: ARAUJO, J. C. S.; Freitas, A. G. B. de; Lopes, A. de P. C. *As escolas normais no Brasil: do império à república*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

DIETZCHE, Mary Julia Martins. *Alfabetização: propostas e problemas para uma análise do seu discurso*. São Paulo, 1979. 122 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.

ENCYCLOPÉDIE de L'Agora. Charles Augustin Sainte-Beuve. [s.l.:s.n, s.d]. Disponível em: <http://agora.qc.ca/dossiers/Charles-Augustin_Sainte-Beuve>. Acesso em: 24 jan. 2013.

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO. Galeria de Diretores. Vicente Mamede de Freitas (1904-1908). [S.l.: s.n, s.d]. Disponível em: <http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_11.php>. Acesso em: 25 jan. 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M. T., FARIA FILHO, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A.G. *A concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2008.

GAZOLI, Monalisa Renata. *O método Analítico para o ensino da leitura em Cartilha Proença (1926), de Antonio Firmino de Proença*. 2007. 92 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

_____. *O método analítico para o ensino da leitura em “Série de Leitura Proença” (1926-1928), de Antonio Firmino de Proença*, 2010, 176 f. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; GOMES, Sílvia Cunha. *Escola primária e ensino da leitura e da escrita (alfabetização) no Espírito Santo (1870 a 1930)*, Vitória, 2012. (no prelo).

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes ; SCHWARTZ, Cleonara Maria. Estudos sobre história da alfabetização e do ensino da leitura no Espírito Santo”, de Gontijo e Schwartz (2011).IN: MORTATTI,Maria do Rosário. *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

GRAFF, H. J. *Os labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*. Trad. T.M. GARCIA. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GRISI, Rafael. *O ensino da leitura: o método e a cartilha*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1946. (Separata da Revista “Educação”).

GUZZO, Maria Auxiliadora Dias. *Silva Jardim: política, economia, questão social, abolicionismo e racismo*. São Paulo: Icone Editora, 2003.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução Maria da Penha Villa- Lobos. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2005.

HISLDORF, Maria Lúcia Spedo. Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1820-1860).VIDAL, Diana Gonçalves; HISLDORF, Maria Lúcia Spedo. *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. Autêntica: belo Horizonte, 2001.

HISLDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. 1986. 343 f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1986.

_____.A Escola Normal de São Paulo, entre o nós e o outro. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho(Org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JARDIM, Antonio da Silva. *Reforma do ensino da língua materna* (1884), de Antonio da Silva Jardim. São Paulo: typ. Seckler, 1884. (Conferência realizada no dia 22 de abril de 1884 na Escola Normal de São Paulo)

_____. Relatorio apresentado a S.Ex. o Sr. Presidente da província do Espirito- Santo Dr. H.M. Inglez de Sousa sobre a historia e resultado da propaganda do methodo de leitura João de Deus. Vitoria: Typ. da Provincia, 1882.

JORNAL A CONSTITUINTE, São Paulo,anno 3, 1879.

LAROUSSE. Encyclopédie. Hippolyte Adolphe Taine. [s.l.:s.n, s.d]. Disponível em: <<http://www.larousse.fr/encyclopedia/litterature/Taine/177280>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão...[etal.]. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEÃO, José. *Silva Jardim*: apontamentos para a biographia do illustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e officiaes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

LEITE, Antônio Roberto de Paula. *Silva Jardim*: o esquecido. São Paulo: Impr. Pannartz, 1984.

LIMA, Heitor Ferreira. *Perfil político de Silva Jardim*. São Paulo: Cia Editora Nacional; Brasília: INL, 1987.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Silva Jardim*: discursos, opúsculos, manifestos. Niterói: Imprensa Universitária. 1973.

MACHADO, José Timóteo Montalvão. Luciano Cordeiro. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. separata, Lisboa, 1981.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. *Os sentidos da alfabetização*: a "questão dos métodos" e a constituição de um objeto de estudo (São Paulo: 1876/1994). 1997. 389f. Tese (Livre-Docência em Metodologia do Ensino de 1º Grau: Alfabetização) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 1997.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. *Emilia Ferreiro e a alfabetização no Brasil*: um estudo sobre a psicogênese da língua escrita São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. Um estudo sobre o pensamento construtivista de Emilia Ferreiro sobre alfabetização. 2003. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2003.

MESSENBURG, Cyntia Grizzo. *Um estudo sobre Na Roça: cartilha rural para alfabetização rápida(1935), de Renato Sêneca Fleury*. 2008. 76 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília. 2008.

_____. *A Serie Na roça*, de Renato S. Fleury, na história do ensino da leitura no Brasil.2012.Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2012.

MÓISES, Massaud. *História da literatura brasileira*: realismo e simbolismo. Edição Revista e atualizada. Editora Cultrix: São Paulo, 2001.

MONTROYAMA, Shozo. (Org). *USP 70 anos: Imagens de uma história vivida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

MORTATTI, Maria do Rosário longo. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo 1876/1994, São Paulo: Editora UNESP, 2000a.

_____. (Org.). *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

_____. *A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate*. Revista ACOALAp: A colhendo a Alfabetização nos países de Língua Portuguesa, São Paulo, ano 3, n.5, 2008. Disponível em: <http://www.acoalfaplp.net>.

_____. *Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular*. *Cadernos CEDES*, ano XIX, n 52, nov. 2000b.

_____. *Letrar é preciso, alfabetizar não basta... mais?*. In: SCHOLZE, Lia; ROSING, Tânia (org.). *Teorias e Práticas do Letramento*. Brasília: INEP; Passo Fundo: Ed. UFPF, 2007. p. 155-168.

_____. *Ensino de língua e literatura no Brasil: repertório documental republicano*. Marília. 2003. (Digitado).

_____. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. *História da educação*. Pelotas, v. 6, p. 69-77, out. 1999.

_____. *Bibliografia brasileira sobre história do ensino de língua e literatura no Brasil (2003-2011)*, 2012. (Digitado).

_____. *Educação e Letramento*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. João Köpke. IN: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Org.). *Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: MEC-INEP-COMPED, 2002.

ORIANI, Angélica Pall. *Série "Leituras Infantis" (1908-1919)*, de Francisco Vianna, e a história do ensino da leitura no Brasil. 2010, 288f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

PASQUIM, Franciele Ruiz. *Um estudo sobre Cartilha infantil pelo methodo analítico [1910?]*, de Carlos Alberto Gomes Cardim (1875-1938). 2010.103p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010c. 103p.

_____. *Bibliografia de e sobre Carlos Alberto Gomes Cardim (1875-1938): um instrumento de pesquisa*, 2010a. (Digitado)

_____. *Bibliografia de e sobre Ramon Roca Dordal (1854-1938): um instrumento de pesquisa*, 2010b. (Digitado).

_____. *Bibliografia de e sobre Antonio da Silva Jardim (1860-1891): um instrumento de pesquisa*, 2012. (Digitado).

PEREIRA, Bárbara Cortella. *Um estudo sobre Meu livro (1909), de Theodoro de Moraes*. 2006. 72f. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. 2006.

_____. *Prescrições para ensinar a ensinar leitura e escrita na Escola Normal de São Paulo: circulação de saberes pedagógicos Brasil/França (1874-1889)*. 2013. 176f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

_____. *Theodoro de Moraes (1877-1956): um pioneiro no ensino da leitura pelo método analítico no Brasil*. 2009. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. 2009.

PESTANA, Marina Gugliotti. *Colecionando livros, formando mestres: a biblioteca pedagógica da Escola Normal de São Paulo (1883)*. 2011. 137p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

PFROMM NETO, Samuel; Dib, Carlos Z.; ROSAMILHA, Nelson. Cartilhas, gramáticas, livros de texto. In: _____ *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974. p. 153-204.

POLIANTÉIA *comemorativa do 1º. Centenário do Ensino Normal em São Paulo: 1846-1946*. São Paulo: [s.n], 1946.

PORTUGAL. Dicionário Histórico. Joaquim Teófilo Fernandes Braga. [s.l.:s.n, s.d] Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/bragatEOFilo.html>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. *Paixão e morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Uma garganta e alguns niqueis: historia de Silva Jardim, o heroi da propaganda republicana*. Rio de Janeiro: Aurora, 1947.

REIS FILHO, Casemiro. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, anno 3, 1878. Publicada por Angelo Agostini. Disponível na seção “Obra Raras da Biblioteca Nacional” em: www.bn.com.br. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

RIBEIRO, João. *O que é positivismo*. 7ª. edição. Editora Brasiliense:1988.

RIBEIRO, Neucinéia Rizzato. *Um estudo sobre A leitura analítica (1896), de João Köpke*. 2001. 66f. (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. 2001.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Ação e pensamento em Silva Jardim*. Campinas: PUC, 1987.

SANTOS, Luana Grazielle dos. *Um estudo sobre Cartilha da infância (188-), de Thomaz Galhardo*. 2008. 63 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília. 2008.

SÃO PAULO. *Regulamento da escola normal expedido aos 30 de junho de 1880 pelo conselheiro Laurindo Abelardo de Brito*: autorizado pela disposição do Artigo 1º da lei nº 130 de 25 de abril de 1880. São Paulo.

SAVIANI, Dermerval. *O legado educacional do “Breve século XIX” brasileiro*. In: ALMEIDA, Jane Soares de; SAVIANI, Dermeval; VALDEMARIM, Vera Teresa. *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2 ed. Campinas: Autores associados, 2006.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. *A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo*. 9. Ed. São Paulo: Editora Cortez; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2000.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca. *Alfabetização*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.

SOARES, Magda Becker. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Campinas: Autores Associados, n. 25, 2004.

SOARES, Magda. Apresentação. In: MORTATTI, Maria do Rosário longo. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo 1876/1994, São Paulo: Editora UNESP, 2000a.

SOBRAL, Patrícia de Oliveira. *Um estudo sobre Nova Cartilha Analytico-Synthética (1916), de Mariano de Oliveira*. 2007. 60 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília. 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XX, n.51, nov. 2000.

TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 1979.

TRINDADE, Iole M. Fávero. *A invenção de uma nova ordem das cartilhas: ser natural, nacional de mestra*. Queres ler? Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VALDEMARIN, Vera Teresa. *O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado*. In: ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa; SAVIANI, Dermerval. O legado educacional do século XIX. 2 ed. rev.e ampl. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 86-127.

VIEIRA, Maria Pillar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. 4. ed. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005,

BIBLIOGRAFIA DE APOIO TEÓRICO

ALMEIDA, Jane Soares de; SAVIANI, Dermeval; VALDEMARIM, Vera Teresa. *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2 ed. Campinas: Autores associados, 2006.

AZEVEDO, Azevedo de. *A Cultura Brasileira*. 5 ed., revista e ampliada. São Paulo: Melhoramento; EDUSP, 1971.

BARRETO, Vicente; PAIM, Antonio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil).

BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *A escola elementar do século XIX: o método monotorial/mútuo*. Passo Fundo: UFPF, 1999.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

BOEHRER, George. *Da monarquia à república: história do Partido Republicano no Brasil*. Trad. Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1954.

CAMPOS, Maria Christina S. Souza Campos. Formação do magistério em São Paulo: do império a 1930. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo: CERU, fev. 1990. p. 5-16.

CANDIDO, A. Z. *O methodo João de Deus e a philosophia positiva. Almanach Litterario de São Paulo para o ano de 1884*. São Paulo: Typographia de “A província de São Paulo”, 1883. p. 154-155.

CARONE, Edgard. *A república velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CARVALHO, Laerte Ramos de Carvalho. *A educação e seus métodos*. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da Colonização Brasileira*. São Paulo: Difiel, 1985. p. 76-87.

CARVALHO, José Murilo de. *Formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 457 p. COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

CORREA, Leôncio. *A verdade sobre os 15 de novembro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

DUBY, Georges. “O historiador, hoje”. In: DUBY, Georges, ARIÈS, Philippe, LADURIE, E. L. R., LE GOFF, Jacques (org.). *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, s/d, p. 07-21.

FERREIRA, Miguel Vieira. *O manifesto de 3 de dezembro de 1870*. Rio de Janeiro, 1889.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. *Revista Educação da Universidade Federal de Santa Maria*. Santa Maria: UFSM, v. 32, n. 1, 2007.

Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2007/01/a2.htm>. Acesso em: 07 de nov. de 2010.

GATTI, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. (Coleção Memória da Educação).

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo; Ed. Universidade de São Paulo, 1972.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução Maria da Penha Villa- Lobos. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

_____. *O aparecimento da Escola Moderna: uma história ilustrada..* 1a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves., 1976.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. *Os sentidos da alfabetização: a "questão dos métodos" e a constituição de um objeto de estudo* (São Paulo: 1876/1994). 1997. 389f. Tese (Livre-Docência em Metodologia do Ensino de 1º Grau: Alfabetização) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 1997.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. *Em sobressaltos: formação de professora*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. 2008.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. História da educação*. Pelotas, v. 6, p. 69-77, out. 1999.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. História da educação*. Pelotas, v. 6, p. 69-77, out. 1999.

_____. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo 1876/1994*, São Paulo: Editora UNESP, 2000a.

NOSELLA, A. P.. *Schola Mater.: a antiga Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 1996.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PINTO, Celi Regina J.. *Positivismo: um projeto político alternativo (1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

SAVIANI, D. . *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. ; ALMEIDA, Jane Soares ; SOUZA, R. F. ; VALDEMARIN, V. T. . *O legado educacional do século XIX*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

NASCIMENTO, M. I. M. (Org.) ; SANDANO, W. (Org.) ; LOMBARDI, J. C. (Org.); SAVIANI, D.. (Org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca. *Alfabetização*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000. (Série Estado do Conhecimento, n. 1).

SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. *Alicerces da pátria: escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976)*. 2006. 367f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil "1893-1971"*.

1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2006.